

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

O PAPEL DA QUESTÃO AGRÁRIA NO DESENVOLVIMENTO
DO CAPITALISMO NACIONAL, ENTRE 1950 E 1964, EM
CAIO PRADO JR., CELSO FURTADO, IGNÁCIO RANGEL E
AUTORES PECEBISTAS.

Fabiana de Cássia Rodrigues

Campinas, 2005.

UNIDADE / 50
CHAMADA _____

EX
DMBO, BC/ 67959
DOC. 16.123.06
C D
REÇO 11.00
ATA 1-04-06

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

R618p /

Rodrigues, Fabiana de Cassia
O papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo Nacional, entre 1950 e 1964, em Caio Prado Junior, Celso Furtado, Ignácio Rangel e autores pecebistas / Fabiana de Cassia Rodrigues. – Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador : Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Questão agrária – Brasil 2. Capitalismo – Brasil – 1950-1964. I. Sampaio Junior, Plinio Soares de Arruda II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Agradecimentos

Ao orientador Prof^o Plínio de Arruda Sampaio Jr. pelas sinceras contribuições e pela paciente discussão de todas as partes desse trabalho, que me garantiram um enorme aprendizado durante esses últimos anos.

Ao amigo Paulo Alves de Lima Filho, professor dos tempos de graduação, por ter me incentivado a percorrer o difícil, mas revelador caminho da crítica, que me conduziu ao estudo desse tema, tão expressivo das mazelas sociais desse país.

Aos membros da banca de qualificação, Prof^a Lígia Osório e Prof^o Ruben Murilo L. Rego, pela leitura crítica que contribuiu para o aperfeiçoamento desse trabalho.

Aos membros da banca de defesa, ao Prof^o Pedro Ramos pela análise cuidadosa do texto e por suas críticas. Ao Prof^o Plínio de Arruda Sampaio, grande guerreiro na luta por respostas à questão agrária no Brasil, por ter me dado a honra de tê-lo na discussão desse trabalho.

À CNPq pelo apoio financeiro durante dois anos dessa dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Unicamp.

Aos funcionários do Instituto, especialmente aos da Secretaria de Pós-Graduação, Cida e Alberto, pela gentileza concedida sempre que foram solicitados.

Aos amigos da pós-graduação, em especial Everton da Silva e Renata Belzunces pelo apoio e pelas discussões acerca desse trabalho. À Daniela Scarpa, com quem pude compartilhar muitas angústias e alegrias no decorrer da realização dessa dissertação.

Agradeço o apoio recebido por parte de minha família, ao meu pai, Francisco Rodrigues, um agradecimento póstumo, e a

minha mãe, Nair Macedo, por criarem as condições necessárias ao prosseguimento de meus estudos. A minha querida avó, Benedita Macedo, pelo enorme carinho. Aos meus irmãos Francisco e Fabio pelo incentivo, mesmo à distância.

E por fim, a Ricardo Goulart, a quem dedico os esforços contidos nesse trabalho, agradeço pela dedicação incansável e pelo amor que me encheu de esperanças e entusiasmo durante os últimos três anos.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I -	9
1.Introdução.....	9
2.Linhas gerais das políticas econômicas entre 1950 e 1964 e o agravamento dos pontos de estrangulamentos não econômicos.....	17
2.1 A questão agrária e o desequilíbrio na relação entre capital e trabalho	28
2.2 A resposta às novas demandas criadas pela industrialização e urbanização e as conseqüências para o campo.....	32
Capítulo II - O papel da questão agrária no desenvolvimento nacional em Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Celso Furtado e Alberto Passos Guimarães.....	45
1. A questão agrária em Caio Prado Jr.....	46
1.1 A interpretação sobre a questão agrária e o seu papel no desenvolvimento do capitalismo nacional.....	46
1.2 A estratégia de resolução da questão agrária.....	53
1.3 Observações finais.....	63
2. A questão agrária em Ignácio Rangel.....	67
2.1 Introdução.....	67
2.2 As relações entre campo e indústria numa economia em processo de modernização capitalista.....	68
2.3. A crise agrária na base das dificuldades econômicas e sociais e o programa de reformas de Rangel.....	72

2.4. Observações Finais.....	78
3. A questão agrária em Celso Furtado.....	79
3.1 A questão agrária no desenvolvimento nordestino.....	82
3.2 A organização produtiva nas sub-regiões nordestinas.....	84
3.3 A estratégia de desenvolvimento para o Nordeste.....	86
3.4 Observações Finais.....	88
4. A questão agrária na interpretação dos autores pecebistas.....	89
4.1 Introdução.....	89
4.2 A questão agrária.....	90
4.3 Observações Finais.....	99
Observações Finais.....	101
Referências.....	109

Resumo

O objetivo desse trabalho foi pesquisar o papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais, no período de intensificação da industrialização brasileira, entre 1951 e 1964, através do debate entre os principais intelectuais que a pensaram nesse momento histórico. Para efetuá-lo a dissertação foi dividida em dois capítulos, no primeiro realizamos uma contextualização do debate, através da discussão das linhas gerais sobre as políticas econômicas do período juntamente com os limites, relativos à questão agrária, do crescimento econômico. Foram tratados dois aspectos relevantes para compreender de que forma essa questão impunha obstáculos ao desenvolvimento nacional. O primeiro deles, diz respeito ao desequilíbrio existente nas relações estabelecidas entre capital e trabalho no processo de industrialização, que deflagravam a intensa exploração da força de trabalho rural e urbana. O segundo aspecto refere-se à forma como o campo respondia às novas demandas decorrentes da industrialização e da urbanização. Nesse item foi mostrado que o aumento da produção agrícola se dava sem alteração na estrutura fundiária, gerando um agravamento nas condições de vida dos trabalhadores rurais e deflagrando uma série de conflitos, que ganharam grande repercussão nesse período. Foram citados alguns desses conflitos, indicando as causas que os deflagraram e a forma por eles assumida.

No segundo capítulo foram tratadas as idéias de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães sobre a questão agrária no Brasil. Em primeiro lugar, foi verificado de que forma eles interpretam a questão agrária na realidade brasileira, ou seja, o que significava a

questão agrária para cada um deles. Em seguida foram discutidos, a partir da interpretação desses autores, os problemas decorrentes dessa questão, responsáveis por criar obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo nacional. E por fim, foram analisadas as propostas de cada um deles para resolver a questão agrária.

O objetivo último desse trabalho foi mostrar, através do debate dos autores, que a resolução da questão agrária nos anos da pesquisa era condição imprescindível para a constituição do capitalismo que tivesse um mínimo de conteúdo democrático e nacional.

Introdução

"O Brasil ainda não é propriamente uma nação. Pode ser um Estado nacional, no sentido de um aparelho estatal organizado, abrangente e forte, que acomoda, controla ou dinamiza tanto estados e regiões como grupos raciais e classes sociais. Mas as desigualdades entre as unidades administrativas e os segmentos sociais, que compõem a sociedade, são de tal monta que seria difícil dizer que o todo é uma expressão razoável das partes - se admitimos que o todo é uma expressão razoável das partes - se admitimos que o todo pode ser uma expressão na qual as partes também se realizam e desenvolvem". (Ianni, 1992, p. 179)

O Brasil ainda não é propriamente uma nação porque apesar de ter assistido enorme crescimento econômico, constituído suas bases industriais e formado uma economia diversificada e moderna, o país manteve-se com profundas assimetrias, uma vez que as desigualdades sociais são enormes

e se intensificaram com o passar das décadas.¹ Diversos itens da questão social atravessaram nossa história, entre eles a questão agrária.² Segundo a historiadora Maria Yedda Linhares (1999, p. XIII), a maioria dos especialistas consideram, hoje, "a questão agrária o maior obstáculo econômico, social, político e ético ao desenvolvimento do conjunto do Brasil e, muito especialmente, o principal óbice ao exercício pleno da cidadania no país".

A questão agrária persistiu em nossa história e continua sendo um problema importante com que intelectuais, movimentos sociais, governantes e a sociedade de um modo geral se defrontam. A forma como resolvê-la ainda não foi equacionada. Qual o papel que adquire a questão agrária nos dias atuais? Em que medida ela pode ser solucionada dentro do sistema de produção capitalista? São indagações cruciais para quem pretende pensá-la e elaborar estratégias de resolução desse problema secular. Nosso trabalho se insere nessa pauta de preocupações e procura na história do Brasil, através das idéias de alguns dos principais intelectuais que pensaram sobre os rumos da sociedade nacional, elementos que colaborem para iluminar a reflexão sobre a questão agrária atualmente.

A dissertação aborda o papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo nacional entre os anos de 1951 e 1964. Cabe explicar a razão pela qual decidimos por essa delimitação temporal, iniciamos em 1951 porque nesse ano começa o segundo governo Vargas, quando se adotou pela primeira vez uma política decisivamente industrialista,

¹ Segundo Celso Furtado, o desenvolvimento econômico, assistido entre as décadas de 50 e 80, teve um alto custo para as classes mais pobres, posto que se fundamentou em grandes injustiças sociais. (1992)

² Segundo Ianni: "Vários itens da questão social atravessam a história das várias repúblicas: as lutas operárias e camponesas, as reivindicações do movimento negro, o problema indígena, a luta pela terra, a liberdade sindical, o direito de greve, as garantias do emprego, o salário-desemprego, o acesso à saúde, educação, alimentação e habitação". (1992, p. 111)

denotando o início das transformações estruturais por que passou o país nessa década (FURTADO, 1985). Essas mudanças marcantes em nossa história conformaram o pano de fundo que particularizou a questão agrária nesses anos. A pesquisa se encerra em 1964, esse é o ano em que os militares tomaram o poder e quando se deu uma guinada radical na percepção da questão agrária rumo a uma solução conservadora. Os militares deram uma solução técnica à questão agrária e determinaram a sua completa despolitização (LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1999).

O período de que trata nossa pesquisa correspondeu a um momento particular da história econômica do Brasil porque assistiu à intensificação do processo de industrialização e a grandes mudanças na sociedade. O país passava por transformações desde 1930, quando, de acordo com Celso Furtado, iniciou a desagregação da economia colonial e a luta pela conquista de novos caminhos de acesso ao desenvolvimento econômico.³ Segundo o mesmo autor, no início da década de 50 a fase de transição está encerrada, pois a economia colonial estava praticamente enterrada e o desenvolvimento industrial ganhava um forte impulso, em suas palavras:

“O desenvolvimento econômico, hoje, é, basicamente, um processo de industrialização. Esse desenvolvimento tem raízes profundas e alcançou uma fase de semi-automatismo: quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe anteponham, tudo indica que ele seguirá adiante. Este fato traduz-se na consciência generalizada de que é dever de qualquer governo deste país fazer do desenvolvimento o seu magno objetivo”.

O problema central, no entanto, se encontrava nos padrões em que se daria o desenvolvimento. Sabemos que o

³ Celso Furtado, A pré-revolução brasileira, 1962.

processo de industrialização por que passou o país até hoje não impôs a ruptura com a associação dependente em relação ao exterior e não garantiu a superação de estados relativos de subdesenvolvimento e da extrema concentração social e regional resultante da riqueza (FERNANDES, 1987). Ocorre que naquele momento histórico, na década de 50, quando de acordo com Florestan Fernandes a tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica tornou-se irreversível, havia meios de se alcançar o desenvolvimento em bases nacionais e na concretização desse objetivo estava inserida a solução da problemática agrária.⁴ A resolução desse problema correspondia a uma das transformações qualitativas fundamentais na formação da nação, contudo, esse processo não se daria espontaneamente, mas, sim, emergiria da consciência de que o país passava por momentos determinantes do seu desenvolvimento, nas palavras de Furtado:

"Mas não se trata de fatalidade histórica, e sim de desafio: será uma oportunidade que poderá ou não realizar-se, poderá ou não incorporar-se a nosso destino de povo. Neste momento, cabe-nos contribuir para que se ilumine intensamente a consciência de que vivemos momentos determinantes de nosso processo de formação nacional. (...) "Abriremos uma nova fase de transformações qualitativas em nossa formação de nação continental, ou caminharemos para uma cristalização da estrutura já estabelecida?" (1962, p. 107)

A possibilidade de formar o capitalismo em bases nacionais e democráticas é que consubstanciava a

⁴ "É claro que existiam alternativas para organizar a política econômica, tomando-se outras direções (dentro do capitalismo e fora dele). Contudo, políticas econômicas dessa natureza nunca foram consideradas seriamente pela burguesia brasileira. Quando elas surgiram, de modo débil e tosco, sofreram forte oposição por parte da 'iniciativa privada' nacional e estrangeira". (Florestan Fernandes, 1987, p. 260)

particularidade da questão agrária nesse momento histórico. Nesse contexto, a sua resolução emergia como uma questão orgânica ao desenvolvimento nacional.

Entendemos que a formação da nação corresponde à superação das desigualdades sociais presentes na história brasileira ao mesmo tempo significa a realização de conquistas sociais, econômicas, políticas e culturais que atendam a maioria da população. Nesse sentido, a economia nacional consubstanciar-se-ia numa organização e num sistema econômico voltados essencial e fundamentalmente para a satisfação das necessidades desse povo (PRADO JR, 1966). Sendo assim, o caráter intrínseco do problema agrário à formação nacional ligava-se ao fato de que o desenvolvimento econômico só estaria voltado para as reais necessidades da maioria da população, caso a miséria de milhares de trabalhadores rurais, essência da questão agrária, fosse superada. Afinal, o enorme contingente empobrecido nas áreas rurais gerava uma superpopulação relativa marginalizada no mercado de trabalho do campo e da cidade. Essa realidade impedia que os trabalhadores pudessem ter acesso aos frutos do progresso econômico, restringindo a ampliação e diversificação do mercado interno em bases sólidas, cuja existência é condição precípua a contínua e progressiva expansão de uma economia capitalista nacional.⁵

Esse é o pano de fundo no qual se dá o debate entre os quatro intelectuais, cujas interpretações sobre a questão agrária são objetos desse trabalho, são eles: Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães. Importa destacar que nossa intenção não é a de colocá-los em

⁵ Caio Prado Jr. afirma que o ponto nevrálgico da economia brasileira correspondia: "a estrutura agrária do país, responsável principal, sem dúvida, pelo baixo nível e padrão econômico da população brasileira; e, portanto, entre outras conseqüências, das insuficiências quantitativas e qualitativas do mercado interno do país" (1979b, p. 334). Ver também: (SAMPAIO JR.1999, p. 105)

confronto, o que não caberia nos limites desse trabalho, mas, sim, através da riqueza do pensamento desses autores, entender os entraves que a questão agrária representava ao desenvolvimento do capitalismo nacional e quais eram as estratégias possíveis para resolvê-la.

A escolha desses autores se justifica por eles se caracterizarem pelo esforço reiterado e persistente de compreender e impulsionar as condições de modernização da economia e da sociedade brasileira. Além disso, apesar de suas divergências interpretativas sobre a questão agrária, era ponto de convergência entre esses intelectuais a idéia de que ela representava um desafio inerente ao desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais.

Portanto, o estudo trata do papel da questão agrária no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no momento em que eram definidos os padrões sob os quais se daria a modernização do país. Para efetuar esse objetivo, a dissertação foi dividida em dois capítulos. No capítulo I será realizada uma contextualização do debate, através da discussão sobre as linhas gerais das políticas econômicas entre 1950 e 1964, ressaltando-se os limites, relativos à questão agrária, do crescimento econômico alcançado nesse período. Serão tratados dois aspectos relevantes para compreender de que forma essa questão impunha obstáculos ao desenvolvimento em bases nacionais. O primeiro deles, diz respeito ao desequilíbrio existente nas relações estabelecidas entre capital e trabalho no processo de industrialização, que deflagravam a intensa exploração da força de trabalho rural e urbana. O segundo aspecto refere-se à forma como o campo respondia às novas demandas decorrentes da industrialização e da urbanização. Nesse item será mostrado que o aumento da produção agrícola se dava sem alteração na estrutura fundiária, gerando um agravamento nas

condições de vida dos trabalhadores rurais e deflagrando uma série de conflitos, que ganharam repercussão nacional nesse período. Serão citados alguns desses conflitos, indicando o local onde ocorreram e as causas que os deflagraram.

Os dois aspectos ressaltados são interligados porque no campo vigorava um sistema de produção que se pautava na intensa exploração da força de trabalho, tal fato só era possível devido ao enorme desequilíbrio presente nas relações entre capital e trabalho no campo. Esse desequilíbrio se estendia às cidades, uma vez que as péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais deprimiam os salários nas áreas urbanas. Portanto, os dois aspectos em conjunto colaboravam para dificultar a conformação de um mercado interno em bases sólidas, que como já afirmamos, era condição sem a qual seria impossível a formação do capitalismo nacional.

No segundo capítulo serão tratadas as idéias de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães sobre a questão agrária no Brasil. Em primeiro lugar, será verificado de que forma eles interpretam a questão agrária na realidade brasileira, ou seja, o que significava a questão agrária para cada um deles. Em seguida serão indagados os problemas decorrentes dessa questão, responsáveis por criar obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo nacional. E por fim, serão discutidas as propostas de cada um deles para resolver a questão agrária.

Capítulo I

Contextualização do debate sobre a questão agrária entre 1950 e 1964.

"A diversificação das atividades produtivas e a industrialização - sobretudo esta última, com os efeitos e estímulos que comporta e que o Brasil agrário do passado desconhecia inteiramente - trarão grandes modificações da economia brasileira, e representam sem dúvida um passo considerável no sentido da superação do velho sistema de colônia produtora de gêneros de exportação. Mas doutro lado, reforça de certo modo esse sistema, e o renova sobre outras bases que, nem por serem diferentes das antigas, livram a economia brasileira das contradições que embaraçam o seu desenvolvimento e sua definitiva libertação." (PRADO JR., 1966, p. 126-127)

1. Introdução

A questão agrária, que tem como essência a miséria moral e material a que sempre foi submetida a população rural, manifestou-se em diversos momentos importantes de nossa história, refletindo problemas econômicos e sociais

particulares a cada contexto em que se inseriu.⁶ A resolução das injustiças impostas ao homem do campo foi continuamente preocupação indispensável daqueles que imaginaram o Brasil como Nação, particularmente em momentos marcantes de nossa história, quando existiram rupturas estruturais, como ocorreu no final do século XIX, período em que se deu a abolição da escravidão e a proclamação da república, na Revolução de 30 e no fim da década de 50, com a implantação dos setores de base da indústria brasileira.

No final do século XIX em 1888-9, o Brasil tentou entrar no ritmo da história, abolindo a escravidão e a monarquia. (IANNI, 1992) Esses acontecimentos mobilizaram forças empenhadas em mudanças políticas e sociais, ao mesmo tempo em que instigaram os grandes proprietários de terras a lutarem por alternativas que garantissem a manutenção de seus privilégios.⁷ Os fazendeiros preocupavam-se com a mão de obra que substituiria os escravos, bem como com os prejuízos que poderiam ter ao libertá-los.⁸ Concomitantemente, havia nos

⁶ A concepção segundo a qual a questão agrária corresponde essencialmente à miséria material e moral a que é submetida a população rural tem por base as idéias de PRADO JR. (1979b)

⁷ As forças políticas comprometidas com os grandes proprietários de terras, empenhadas em perpetuar seus privilégios, já atuavam décadas antes, exemplo disso foi a criação da Lei de Terras de 1850 que instituiu um novo ordenamento jurídico, segundo o qual o acesso a terra só se daria mediante compra. Essa lei impedia a aquisição de terra através da posse. Os fazendeiros pretendiam impedir que os imigrantes ao chegar no Brasil para trabalhar na lavoura de café pudessem virar posseiros. Ao mesmo tempo impedia o acesso à terra por parte dos ex-escravos. Para uma discussão detalhada sobre a Lei de Terras de 1850, consultar: SILVA, L. O., Terras devolutas e latifúndio, Efeitos da lei de 1850. Campinas, Ed. da Unicamp, 1996. Ver também: MARTINS J. S., O cativo da terra. São Paulo, Editora Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

⁸ Os fazendeiros se dividiam quanto a solução que dariam tanto ao problema da mão de obra quanto a eventuais prejuízos que viriam a ter após a abolição da escravidão. Os fazendeiros das áreas velhas da cafeicultura fluminense esperavam que fossem indenizados por libertarem os escravos, os fazendeiros da cafeicultura paulista, frente ao exorbitante preço dos escravos na década anterior à abolição, passaram a adotar a mão de obra de colonos estrangeiros. Já os fazendeiros do Nordeste açucareiro, que haviam se desfeito dos escravos há algum tempo, obrigaram os camponeses a transformarem-se em moradores, sob a tutela da terra (Linhares e Teixeira da Silva, 1999, p.68).

setores mais progressistas da sociedade a preocupação com o destino dos recém-libertos.⁹

Com a proclamação da república em 1889, surgiu, por parte de Ruy Barbosa, o projeto de mobilizar a propriedade fundiária, implantando um novo padrão de desenvolvimento agrário, ao lado do incentivo à industrialização e do fomento da migração, como resposta às necessidades de mão de obra. Segundo Linhares e Teixeira da Silva, tratava-se de um projeto modernizante, de rompimento com o passado colonial. No entanto, tal projeto não foi adiante, uma vez que todo o setor agrário uniu-se contra ele, propondo que houvesse crédito fácil, redução dos impostos de exportação, estabilidade financeira e cambial além de obras de infraestrutura, principalmente em portos e ferrovias. O setor agrário saiu vitorioso e a propriedade da terra manteve-se intocada, fechando o acesso dos pobres à terra. De acordo com esses autores:

“Os itens mais avançados da pauta abolicionista e republicana, como a mobilização e tributação da propriedade fundiária, um vigoroso programa de incorporação dos negros à nação, através do sistema de ensino e da distribuição de lotes de terras, bem como o desenvolvimento industrial, eram abandonados pelas elites vitoriosas. Para estas a intangibilidade da propriedade fundiária substituíu a escravidão com base de um verdadeiro programa de vida” (1999, p.74).

Houve nesses anos, a manutenção da organização conservadora da terra e, conjuntamente, do poder dos grandes proprietários. Assim, os fazendeiros adquiriram ainda mais

⁹ Dentre os intelectuais que procuravam compreender as perspectivas abertas com a República e o regime de trabalho livre estavam: André Rebouças, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Silvio Romero, Machado de Assis, Raul Pompéia, Lima Barreto e outros. (IANNI, 1992)

força em seus territórios, se baseando no poder econômico e no prestígio conferido pelo latifúndio, para dominarem as instituições político-administrativas (como prefeituras e câmaras municipais) e judiciárias. Desse modo, exerciam um controle total sobre a vida social do país. O domínio dos fazendeiros sobre a sociedade constituía o cerne do coronelismo.¹⁰ Tal fenômeno marcou a história da República Velha como um período assinalado pela hegemonia agrário-conservadora, de violenta espoliação de camponeses e trabalhadores rurais (LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, 1999).¹¹

Sendo assim, a proclamação da república e a abolição da escravidão que poderiam significar um avanço nas conquistas políticas e sociais, na verdade consubstanciaram uma mudança feita pelo alto, sem que as classes subalternas percebessem qualquer modificação nas suas condições de vida. Segundo PRADO JR. (1979a, p. 208), o advento da República não teve profundezas políticas e sociais: a mudança de regime não passou efetivamente de um golpe militar, com o concurso apenas de reduzidos grupos civis e sem nenhuma participação popular. O povo, no dizer de um dos fundadores da República, assistira 'bestializado' ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava.

A revolução de 1930 foi outro importante momento, no qual os setores mais progressistas da sociedade refletiam sobre os problemas da formação nacional, emergindo também,

¹⁰ Para a melhor compreensão do que foi o coronelismo consultar: QUEIROZ, Maria Isaura P., O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, São Paulo, Editora Alfa - Ômega, 1ª edição, 1976.

¹¹. Apesar da fraca organização política dos pobres do campo, nesse período existiram dois tipos de manifestação que contestavam o poder dos coronéis, foram elas o cangaço e o messianismo. Os movimentos messiânicos foram: Canudos, ocorrido entre 1896 e 1997 e o Contestado, que se deu entre 1912 e 1916. Maiores informações sobre esses movimentos se encontram em: FACÓ, Rui, Cangaceiros e fanáticos, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 3ª edição, 1972; MARTINS, J. S. Camponeses e a política no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, 3ª edição, 1986; LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA, Terra prometida - Uma história da questão agrária no Brasil, São Paulo, Editora Campus, 1999.

nesse contexto, as injustiças sociais no campo como item incontestado. Ganhou força a pressão dos publicistas, como Alberto Torres, Olavo Bilac e Oliveira Vianna, para que ocorresse a incorporação produtiva do brasileiro, visto até então como um bugre dos sertões (LINHARES E TEIXEIRA DA SILVA, 1999). Segundo Octávio Ianni:

"A revolução de 1930 parece ter provocado uma espécie de precipitação das potencialidades das crises e controvérsias herdadas do passado. Delineiam-se mais nitidamente as correntes de pensamento. A marcha do processo político e das lutas sociais, de par com a crise da cafeicultura, os surtos de industrialização, a urbanização, a emergência de um proletariado incipiente, os movimentos sociais de base agrária, tais como o cangaço e o messianismo, tudo isso repunha, desenvolvia e criava desafios urgentes para cada setor e o conjunto da sociedade nacional" (IANNI, 1992, p. 27).

Esse contexto implicava em amplas reflexões sobre o destino do país, o qual se deparava com novos horizontes. Os intelectuais, de diferentes correntes ideológicas, se defrontavam com questões básicas como: a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, o capitalismo nacional e o associado, o capitalismo ou o socialismo, entre outras.¹² Questões essas que nasciam a partir da crise econômica mundial que impôs o desafio da transição entre o país de base agrário-exportadora e o Brasil que precisava se industrializar a fim de suprir suas necessidades internas.

A crise mundial desencadeada no ano anterior à Revolução de 30 causou a queda vertiginosa dos preços dos produtos em

¹² Segundo IANNI (1992), entre os intelectuais que estudavam esses dilemas da formação histórica do Brasil estavam: José Honório Rodrigues, Raymundo Faoro, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. entre outros.

que se assentava a vida econômica do país, particularmente o café, conseqüentemente as exportações sofreram grande redução. Ao mesmo tempo, a capacidade de importar caiu e o país se viu diante da imposição de estimular sua produção interna com vistas a atender a demanda por bens industrializados (PRADO JR., 1979a, p.291) (FURTADO, 1982, CAP. XXXI). Em decorrência disso se deu o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial e a diminuição do controle sobre a economia, exercido por parte dos grandes proprietários de terras.¹³ Segundo IANNI (1979, p. 18):

"Portanto, a Revolução de 30 (que depôs Washington Luis) representa uma ruptura política também, econômica, social e cultural com o Estado Oligárquico vigente nas décadas anteriores. Aliás, é o próprio Estado oligárquico que se rompe internamente, pela impossibilidade de acomodarem-se as tensões e conciliarem-se os contrários liberados pela crise política e econômica mundial e interna".

A partir desse momento o governo entende a importância de desenvolver seu mercado interno e sua indústria.¹⁴

¹³ Como escreve Celso Furtado: (...) pode-se afirmar que até 1930, o Brasil continuou dominado pelo complexo ideológico colonial: o câmbio, a dívida externa, os déficits orçamentários, os preços dos produtos de exportação, constituíam o núcleo central de todas as preocupações ligadas à vida econômico-financeira do país" (1962, p. 64). Para mais detalhes sobre essas transformações ver: (OLIVEIRA, 2003 p. 35).

¹⁴ Celso Furtado explica porque o mercado interno, após a crise de 29, passou a ser o fator dinâmico da economia brasileira, em suas palavras: "(...), o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinavam em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10 por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda nos lucros no setor ligado ao mercado

Concomitantemente emergia o desafio de como fazer o campo brasileiro ajudar e participar do desenvolvimento nacional. Pela primeira vez "o campo com seu homem tradicional, passa a ser visto como um problema, uma questão, a do obstáculo ao pleno desenvolvimento do conjunto do país" (LINHARES E TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p.125).

Durante o governo Vargas cresceu a consciência de que o setor agrícola deveria estar apto para responder às exigências da industrialização e da urbanização, ao mesmo tempo, o presidente atuou no imaginário da população, intentando a mudança da visão sobre o trabalhador rural. Desse modo, suas medidas tendiam a reorientar a agricultura para o mercado interno, valorizando a produção de alimentos e sugerindo a formação de núcleos coloniais policultores. Ao mesmo tempo, o governo atuava, através do uso da cultura popular, no sentido de incorporar no imaginário do brasileiro que o homem do campo era capaz e laborioso.¹⁵ Além disso, Vargas impôs ao latifúndio maior controle, limitou sua expansão, incentivou a colonização interna, promoveu a pequena produção familiar na fronteira, no entanto, durante os quinze anos em que esteve no poder, manteve a estrutura fundiária intocada e, conseqüentemente, não alterou a subjugação do trabalhador rural aos grandes proprietários. De acordo com LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA (1999, p. 129), o governo de Vargas:

externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mais ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação." (1982, p.198) Para maiores informações sobre o processo de industrialização após a crise de 29 consultar: AURELIANO Liana, *No limiar da industrialização*, Campinas - UNICAMP IE, 1999.

¹⁵ "Vargas desde os primeiros dias de seu longo domínio sobre o país ocupou-se com a mídia e com a possibilidade de buscar a hegemonia sobre a sociedade através do uso da cultura popular." (LINHARES E TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p. 117)

"(...) abstinha-se de promover, no conjunto do país, a modernização da estrutura agrária ou mesmo uma reforma agrária, deixando, assim o latifúndio tradicional intocado. O Estado Novo moldava desta forma um compromisso precário entre modernização e acordo com o arcaísmo, avançando seus projetos nas fronteiras e nas terras públicas, enquanto evitava uma reforma agrária ampla e radical".

Vargas não adotou medidas que confrontassem radicalmente os interesses dos grandes proprietários, ao mesmo tempo os pobres do campo não tiveram força política para imporem suas reivindicações. Afinal, apesar do enfraquecimento do poder local dos coronéis, diante da crise das oligarquias, a população pobre no campo manteve-se submissa aos desígnios dessas. Essa situação pode ser explicada pelo esquema de poder que viabilizou o governo Vargas. Da aliança de poder faziam parte os grupos latifundiários mais atrasados, os agricultores que produziam para o mercado interno e a classe média urbana, setores industriais já existentes e a massa urbana. Ficaram excluídos permanentemente da conjuntura do poder os setores camponeses.¹⁶ (CARDOSO e FALETTTO, 1975)

¹⁶ Cardoso e Faletto explicam que o desenvolvimento industrial nesse período foi possível devido a formação de um pacto político entre diversos setores da sociedade, em suas palavras: "A explicação, ao nível político, da ação governamental para o surgimento do setor industrial consiste em que a existência de massas mobilizadas, sem a efetiva contrapartida de um regime de empregos que as incorporasse, criava real ou virtualmente uma situação fluida e perigosa para aqueles que detinham o poder e, em certo sentido, para os setores politicamente organizados da nação. A dimensão nacional do desenvolvimento, quer dizer, a reivindicada em nome dos interesses de todo o povo e a condução clara do Estado para uma situação de prosperidade eram um imperativo para um país que se urbanizava, que tinha sua economia agrária anterior deteriorada e não dispunha de um setor capitalista que tivesse acumulado o suficiente para responder rapidamente às exigências maciças de emprego. O esquema de poder que levaria adiante essa nova política estaria baseado em um sistema de aliança, que, no princípio, incorporaria os grupos latifundiários mais atrasados, os agricultores que produziam para o mercado interno, a classe média urbana, setores industriais já existentes e a massa urbana, sem que dele participassem nem os grupos agro-exportadores hegemônicos do sistema anterior à revolução de 30 (os cafeicultores) nem a massa rural em seu conjunto. Depois de tal revolução

Na década de 50, período de intensificação da industrialização e da urbanização, os problemas relativos à questão agrária, fundamentalmente os de como fazer o pobre do campo participar e absorver os frutos do desenvolvimento, se recolocam com maior veemência.

2. Linhas gerais das políticas econômicas entre 1950 e 1964 e o agravamento dos pontos de estrangulamento não econômicos.

A década de 50 caracterizou-se por um esforço intenso, por parte do Estado, no sentido da industrialização. No entanto, as estratégias políticas de desenvolvimento traçadas nos governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e, no início da década de 60, de Jânio Quadros e João Goulart não foram homogêneas. Segundo Octávio Ianni, durante esse período existiam duas tendências principais: a primeira relacionada ao capitalismo nacional e a segunda relacionada ao capitalismo dependente:

"No conjunto, (...), as políticas econômicas governamentais dos anos 1930-70, comportaram-se segundo uma espécie de movimento pendular, polarizando-se ora no sentido nacionalista, ora segundo as determinações da dependência" (1979, p.308).

Houve também uma terceira tendência, que se configurou paralelamente as outras, correspondente a uma estratégia de desenvolvimento socialista, ela previa tanto a luta contra o imperialismo e pela reforma agrária, como a participação aberta do Estado nas atividades econômicas. Entretanto, os

ficaram excluídos da conjuntura de poder os setores agro-exportadores, se bem que apenas em um primeiro momento, e os setores camponeses, que serão excluídos permanentemente da "aliança desenvolvimentista". (1975, p. 105)

representantes dessa estratégia nunca chegaram a controlar centros de decisão sobre política econômica governamental (IANNI, 1979).

Essas tendências se expressavam nas estratégias de desenvolvimento dos governos do período e também em diferentes grupos da sociedade, como nos movimentos sociais, nos partidos políticos, entre os intelectuais. As diferentes possibilidades que tais estratégias representavam justificam a idéia de que se tratava de um período específico, quando estavam sendo definidos os moldes em que se daria a modernização do país.

Segundo Florestan Fernandes, esse período se insere na transição estrutural e histórica para o capitalismo monopolista.¹⁷ A transição iniciou-se após a Revolução de 30 e se completou a partir de 1964, nesse interregno assistiu-se aos momentos decisivos da Revolução Burguesa no Brasil.¹⁸ O processo de mudanças se intensificou na segunda metade da

¹⁷Florestan Fernandes explica que uma das bases que propiciaram a Revolução Burguesa no Brasil foi a decisão interna por parte das classes possuidoras de concretizá-la. A partir da citação a seguir pode-se inferir a caracterização das transformações necessárias à transição ao capitalismo monopolista bem como a importância da decisão interna para promovê-la: "A transição estrutural e histórica para o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, nas condições assinaladas, requer alterações tão profundas nos mecanismos de mercado, na organização do mercado financeiro e de capitais, nas dimensões da produção industrial e medidas correlatas tão complexas (e, ao mesmo tempo, tão nocivas para vários grupos e classes sociais, inclusive empresariais) referentes à política econômica e à aplicação de incentivos que privilegiam as economias industriais de escala e a exportação, que ela se torna impraticável sem um apoio interno decidido e decisivo, fundado na base de poder real das classes possuidoras, dos estratos empresariais mais influentes e do Estado. Tudo isso transparece de muito claro no caso brasileiro. A 'decisão interna' cristaliza-se aos poucos, depois da Revolução de 30, fixa-se de maneira vacilante, a princípio, em favor do impulso externo como a 'única solução' no fim da década de 50 e, por fim, quando surge a oportunidade crucial (o que se dá só de 1964 em diante) ela se converte no principal dínamo político de todo o processo" (1975, p. 258).

¹⁸ A Revolução Burguesa corresponde a um do conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o seu clímax. (FERNANDES, 1975, p. 203) Sobre a emergência do capitalismo monopolista consultar a mesma obra entre as páginas 251 e 288.

década de 50, sob os auspícios de Juscelino Kubitscheck, quando a tendência de irrupção do capitalismo monopolista como realidade histórica tornou-se irreversível (FERNANDES, 1975)¹⁹.

No início dos anos 50, entre 1951 e 1954, Getúlio Vargas presidiu pela segunda vez o país, nesse período a política econômica voltou-se inteiramente para a consolidação das bases institucionais e infra-estruturais para o grande avanço subsequente. O governo Vargas caracterizou-se por uma estratégia de cunho nacionalista, ou seja, houve o empenho para a emancipação das decisões sobre política econômica frente aos interesses econômico-financeiros internacionais (IANNI, 1979).

Entre 1946 e 1950 já haviam se evidenciado os principais pontos de estrangulamento da economia, diante deles Vargas teve que enfrentar problemas como: a inflação, o desequilíbrio na balança de pagamentos, a necessidade de importar máquinas e equipamentos, a insuficiência de energia e transportes, a insuficiência de oferta de gêneros alimentícios para as populações das cidades em rápida expansão. As medidas introduzidas por Vargas criaram novas condições institucionais, econômicas e políticas, para a aceleração do desenvolvimento industrial. De acordo com Celso Furtado, o segundo governo Vargas, de 1950 a 1954, lançou as bases para a industrialização, pela primeira vez no Brasil adotava-se uma política decididamente industrialista, em suas palavras: ²⁰

¹⁹ Florestan Fernandes escreve na citação a seguir porquê a Revolução Burguesa torna-se irreversível na década de 50: "Nessa fase, a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista do exterior: ela se incorpora a este crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus pólos dinâmicos na periferia" (1975, p. 255-256).

²⁰ Segundo Furtado: "Pela primeira vez no Brasil adotava-se uma política decisivamente industrialista. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que fora uma iniciativa de Washington no final do Governo Dutra, antecipando-

"O período compreendido entre 1950 e 1954, que inclui os três anos e meio do segundo governo Vargas, será decisivo para dotar as bases sólidas a industrialização do Brasil, a qual estará plenamente consolidada dez anos depois, quando os militares se apossam do controle do Estado" (Furtado, A fantasia organizada, p. 144).

Em 1951, o então Ministro da Fazenda Horácio Lafer anuncia o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico. Tratava-se de um plano quinquenal de investimentos em indústria de base, transportes, energia, frigoríficos e modernização da agricultura. Em 1952, com o intuito de propiciar a realização dos investimentos previstos no programa, o Congresso autoriza a criação de um Fundo de Reparcelamento Econômico, que seria operacionalizado pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento), criado também naquele ano (IANNI, 1979).

Em 1953, ocorreu uma importante reforma cambial a partir da Instrução 70 da SUMOC, a qual teve implicações no sentido de estimular o processo de industrialização porque disciplinava a alocação de importação de forma mais racional, definindo a entrada de bens estrangeiros em função dos interesses industriais e passou a representar uma fonte fundamental de recursos para o Estado, através de sua participação das operações de compra e venda de divisas.²¹

Em 1953, foi criada a Petrobrás, monopólio estatal de petróleo. Segundo IANNI (1979), a criação da Petrobrás

se aos novos rumos que se manifestavam na campanha eleitoral, dedicou-se a elaborar projetos infra-estruturais a serem financiados pelas instituições de crédito internacionais e oficiais americanas. A criação do BNDE, deram-se os passos necessários para gerar os recursos em cruzeiros requeridos para levar adiante a reconstrução da infra-estrutura de transporte e energia. E tomaram-se iniciativas para operacionalizar a ação empresarial do Estado em setores que exigiam grandes investimentos e para os quais o capital privado nacional não estava equipado e/ou se impunham considerações de outra ordem." (FURTADO, 1985, p.145)

²¹ Para maiores informações consultar: (LESSA, 1983) e (SERRA, 1998)

correspondeu a uma realização fundamental para o desenvolvimento econômico do país por três razões: 1) criava-se uma indústria básica para o funcionamento, expansão e diversificação do sistema econômico como um todo; 2) correspondeu a uma afirmação da vontade de emancipação econômica em face dos interesses e pressões de empresas petrolíferas estrangeiras; 3) a sua fundação revelou o modo pelo qual o Poder Executivo estava incorporando e desenvolvendo o pensamento técnico científico.

Desse modo, Getúlio Vargas preparou as condições para o grande salto dado no processo de industrialização nos anos subseqüentes. Entre 1956 e 1960 Juscelino Kubitschek governou o país, nesse período houve um grande avanço qualitativo na indústria brasileira, tendo como núcleo fundamental de política econômica a congregação da intervenção contínua do Estado, como orientador dos investimentos através do planejamento, com a iniciativa privada, acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeiros (BENEVIDES, 1978).

Octávio Ianni assinala que a principal característica dos anos Kubitschek foi a consolidação do capitalismo dependente.²² Houve uma mudança essencial na ideologia do desenvolvimento.²³ Enquanto para Vargas a industrialização seria o caminho mais curto para a criação de um capitalismo nacional, com Kubitschek a industrialização só seria possível no contexto de interdependência e associação.²⁴ As diretrizes

²² Nas palavras desse autor: "O que é essencial, para a compreensão desse governo e da sua política econômica, é que se adotou, então, uma estratégia política de desenvolvimento que acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente; (...)" (1979, p. 149).

²³ Sobre esse assunto consultar LIMOEIRO, M., *A ideologia do desenvolvimento*. Brasil: JK/ JQ. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.

²⁴ Segundo o historiador econômico Fabio Campos, houve uma inflexão entre o governo Getúlio Vargas e o de Kubitschek calcada na forma de subordinar o capital estrangeiro, em suas palavras: "A política econômica lastreada no planejamento estatal, e assim interventora na economia nacional, se fez complementar entre Juscelino Kubitschek e Getúlio Vargas. Os dois

da política econômica desse governo são explicitadas no Plano de Metas, o qual produziu uma enorme internacionalização da economia, nas palavras de Ianni:

"A política econômica planificada então adotada produziu um amplo e profundo surto de internacionalização da economia brasileira. (...) De fato, esse programa implicou na adoção de uma política econômica de associação e interdependência, em âmbito internacional. Isto significava que os governantes optaram por uma estratégia política de desenvolvimento econômico que trazia consigo, como componente essencial, a reelaboração da dependência estrutural, que sempre caracterizou a economia brasileira. E significava, ainda, que a intervenção estatal na Economia deixara de inspirar-se na idéia da emancipação ou autonomia. Nos anos de 1956-60 acomodaram-se positivamente os fins e os meios, de modo a produzir-se o desenvolvimento industrial segundo as condições e as possibilidades estabelecidas pela reprodução do capital. Isto é, a reprodução capitalista acelerou-se de conformidade com as tendências do setor privado, nacional e estrangeiro". (1979, p.177)

Para efetuar o Plano de Metas, a política econômica se baseou nas seguintes medidas: 1) no tratamento extremamente favorável a entradas de capital estrangeiro, segundo IANNI (1979, P.165): "Todos os estudos e debates relacionados à elaboração e execução do Programa de Metas ressaltaram a importância e a necessidade de investimentos externos para acelerar a industrialização do Brasil"; 2) na participação

governos viam no recurso estatal a chance de o Brasil conquistar sua maioria capitalista, e compreendiam igualmente a necessidade de associar-se com o capital internacional para alcançar tal objetivo. Mas o que marca uma diferença fundamental entre Vargas e Juscelino Kubitschek, e, portanto, uma inflexão, são suas diferentes formas de subordinar o capital internacional aos interesses maiores da industrialização." (2003, p.135)

direta do setor público na formação interna de capital; 3) no direcionamento dos recursos privados para as áreas consideradas estratégicas pelo Plano; 4) na manutenção de uma alta taxa de inflação - cerca de 20% ao ano - vinculada ao esquema de financiamento do Plano. (LESSA, 1983) Outra vertente relacionada ao esforço de acumulação consistiu no aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que forneceu os excedentes internos para a acumulação (OLIVEIRA, 2002).

As diretrizes do Plano de Metas dividiram-se em seis grandes grupos: energia (energia elétrica, nuclear, carvão, produção de petróleo, refinação de petróleo), transportes (reequipamento de estradas de ferro, construção de estradas de ferro, pavimentação de estradas de rodagem, construção de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos), alimentação (trigo, armazém e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura, fertilizantes), indústrias de base (aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico), educação e a construção de Brasília.²⁵ (BENEVIDES, 1978). O Plano conferia prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Ao mesmo tempo, não dedicava atenções nem à transformação estrutural do setor agropecuário, referindo-se a ele apenas marginalmente nem a medidas que melhorassem a distribuição da renda. (LESSA, 1983)

As metas estabelecidas no Plano foram alcançadas, havendo no período um crescimento, em relação ao quinquênio

²⁵ O Plano de Metas resultou dos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (desde 1951) e do grupo CEPAL-BNDE (desde 1952),

anterior, de cerca de 25% na média anual do coeficiente de inversão, o qual consiste na relação entre a formação de capital e o produto bruto. (OLIVEIRA, 2002) O resultado desse grande montante de investimentos pôde ser notado no aumento do PIB, no período entre 1957 e 1961 o PIB cresceu 7,9% ao ano contra 5,2% no quinquênio precedente.

Apesar desses resultados, houve ao final do governo uma desaceleração da economia, resultando em duas tendências básicas: na diminuição da taxa de crescimento e na aceleração inflacionária.²⁶ Os governos seguintes, entre 1961 e 1964, de Jânio Quadros e João Goulart tiveram muitas dificuldades para enfrentar a grave crise econômica e política desse período, o que pôde ser notado através de sucessivos fracassos quanto às políticas econômicas implantadas.²⁷ Segundo Carlos Lessa, as diretrizes de tais políticas eram imprecisas e apontavam para múltiplas direções. Em suas palavras:

"Acumulam-se e anulam-se providências servidas a distintos objetivos. Nenhum esquema proposto tem vida longa. Em meses, cede lugar a outro. Tudo se passa como se o controle da política econômica tivesse sido perdido e ela se encontrasse em rumos indefinidos. Seja devido à problemática atravessada pela economia, seja devido à instabilidade político-institucional, as medidas apresentadas têm sido de caráter transitório e

²⁶ Segundo Carlos Lessa, a taxa de inflação foi de 37% em 1961, 51% em 1962 e de 73% em 1963. Enquanto a taxa de crescimento da economia foi de 7,7% em 1961, 5,5% em 1962% e de 2,1% em 1963. Esses dados denotam a desaceleração do crescimento e a aceleração inflacionária.

²⁷ Deve-se ressaltar que no governo João Goulart, foi formulado o Plano Trienal sob autoria do economista Celso Furtado, este Plano deveria ser executado entre 1963 e 1965. Ele visava fundamentalmente, através de um planejamento global, reduzir progressivamente a inflação, assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida do povo brasileiro e criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuíssem de maneira cada vez mais ampla pela população. (FURTADO, 1989) No entanto, o Plano Trienal não obteve êxito devido à grave crise política por que passava o país. (IANNI, 1979, p. 214)

instável. A política econômica se debate sem lograr definir sua personalidade." (1983, p. 118)

Um dos aspectos da crise econômica estava na dificuldade de conquistar conjuntamente estabilidade e desenvolvimento econômico. Jânio Quadros, durante os sete meses em que esteve no poder, não logrou êxito ao tentar alcançar esses objetivos. Em agosto de 1961 ele renunciou. Assumiu em seu lugar João Goulart, o qual teve que enfrentar o agravamento dos problemas políticos e econômicos. Houve nesse governo a intensificação do debate técnico e político sobre as limitações inerentes ao tipo de desenvolvimento industrial ocorrido até então (IANNI, 1979).

Em vários setores da sociedade, aprofundou-se a discussão sobre os rumos do desenvolvimento. Celso Furtado, em *A pré-revolução brasileira*, de 1962, trata dos desafios que se impunham ao país e afirma que crescia a conscientização de que a política econômica deveria estar voltada à expansão do crescimento e a divisão de seus frutos entre toda a sociedade. Em suas palavras:

"A discussão dos problemas de política econômica está ganhando crescente importância entre nós. Existe uma consciência generalizada de que a solução desses problemas deve ser encaminhada em função de objetivos, que sejam do conhecimento e da aceitação da maioria da coletividade" (1962, p. 33).

Os principais grupos que discutiam os rumos do país eram: os partidos políticos, nessa época houve uma radicalização entre as posições de esquerda e de direita; os intelectuais e as massas urbanas, representadas pelos estudantes e trabalhadores. Esses últimos realizaram uma série de campanhas de reivindicação salarial para evitar o

acelerado esvaziamento do poder aquisitivo do salário.²⁸ Entre as massas urbanas crescia a discussão sobre as reformas de base, da qual faziam parte a reforma agrária, a tributária, a universitária e outras. Dentre elas a questão agrária ganhou preeminência, dadas as suas repercussões sobre a sociedade brasileira como um todo. Octávio Ianni afirma que:

"(...) O debate fazia supor que a sociedade agrária brasileira apresentava problemas políticos e sociais habitualmente considerados como problemas cruciais para a sociedade brasileira como um todo. Muitos economistas, técnicos, políticos e governantes diziam, desde os tempos do Governo Kubitschek, que o Programa de Metas havia deixado de parte o setor agrário; que este permanecera relativamente atrasado, em face da expansão e diferenciação dos setores secundário e terciário. Além disso, os grupos e partidos políticos de esquerda já haviam criado um forte movimento de opinião pública contrário ao 'latifúndio', como principal responsável pelo atraso econômico, político e social do mundo agrário." (1979, p. 212)

De fato, como afirma Ianni a política econômica do governo Kubitschek em nada beneficiou a população trabalhadora dos campos. O desenvolvimento assistido nesses anos tornou evidentes os pontos de estrangulamento não econômicos com que se deparava a sociedade brasileira, dentre eles a questão agrária emergia como item incontestado. Em várias regiões do país a situação social no campo se agravou,

²⁸ Segundo Francisco de Oliveira essa era a principal contradição da sociedade brasileira responsável pela crise política que culmina com o golpe de 64: "A crise que se gesta, repita-se, vai se dar no nível das relações de produção da base urbano-industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de contradição política principal da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão o pacto populista, já que, sob ele, não somente não participavam dos ganhos como viam deteriorar-se o próprio nível da participação na renda nacional que já haviam alcançado." (2002, p. 88)

mas foi no Nordeste que ela adquiriu repercussão nacional. Em 1958, houve uma grave seca nessa região que reduziu fortemente a oferta de alimentos, além disso, o fluxo de recursos financeiro injetado pelo Poder Público gerava uma série de irregularidades que se tornaram públicas pela imprensa nacional nessa época. As eleições para governadores comprovaram o profundo descontentamento da população ao serem eleitos candidatos de corte populista que denunciavam a malversação dos fundos públicos, as estruturas sociais anacrônicas e a espoliação da região pelos interesses econômicos do Centro-Sul do país. Segundo Furtado (1989), nessas circunstâncias foi aberto o espaço para que movimentos sociais tomassem impulso para defender os direitos de seus membros, em suas palavras:

“Nesse espaço aberto pela vitória da oposição, tomavam impulso movimentos sociais que haviam se mantido em estado larvar pela forte repressão policial. Pela primeira vez, associações de camponeses logravam um mínimo de reconhecimento para defender direitos elementares de seus membros” (p. 35).

Diante da intensa mobilização política do Nordeste e da repercussão em todo país da crise social da região, Juscelino Kubitschek autorizou a criação da Sudene, Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste, com o intuito de minimizar os problemas da região.

A partir dos problemas deflagrados do nordeste podemos perceber que o desenvolvimento econômico não significou necessariamente uma melhora nas condições de vida da população como um todo. Contrariamente a isso, o crescimento industrial acentuou desigualdades, desequilíbrios e tensões, as quais se tornaram mais evidentes durante os anos do presidente João Goulart. Esse governo teve que enfrentar

ativamente a discussão sobre as reformas de base por que devia passar o país. Octávio Ianni (1979) descreve na citação a seguir algumas limitações do desenvolvimento ocorrido até então e as necessárias reformas que se impunham.

“De fato, os desenvolvimentos da economia brasileira, em geral, haviam acentuado desigualdades, desequilíbrios e tensões. Em particular a industrialização e a urbanização ocorridas nas décadas anteriores haviam produzido uma nova consciência dos pontos de estrangulamento não econômicos, diante dos quais se encontrava a sociedade brasileira. Tornava-se evidente a necessidade de reformas institucionais, mais ou menos profundas, conforme o caso, a fim de que o sistema político econômico pudesse recompor-se em novo nível, conforme as possibilidades abertas pela intensa industrialização, o êxodo rural e ampla urbanização” (1975, p. 195).

Dentre os principais pontos de estrangulamento, como já dissemos, estava a questão agrária, uma vez que ela estava na base de grande parte das assimetrias do desenvolvimento. A problemática agrária se manifestava de diversas formas no contexto de industrialização, ela se refletia tanto na desequilibrada relação entre capital e trabalho nas cidades quanto nas formas de atender as necessidades de bens primários provenientes do processo de modernização.

2.1 A questão agrária e o desequilíbrio na relação entre capital e trabalho.

A partir de duas vertentes relacionadas ao esforço de acumulação, que são a entrada de capital estrangeiro e o aumento da taxa de exploração do trabalho, iniciamos a discussão sobre a relação entre capital e trabalho no

período.²⁹ O capital estrangeiro teve importância crucial na execução do Plano de Metas. Esse capital entrou principalmente via fornecimento de tecnologia que pôde ser rapidamente incorporada, permitindo que os cinquenta anos em cinco de Kubitschek pudessem ser logrados. Ocorre que as modernas tecnologias, desenvolvidas em um estágio mais adiantado do capitalismo nos países avançados, foram criadas no sentido de pouparem mão de obra, o que, num país como o Brasil, veio piorar a situação da classe trabalhadora, desequilibrando ainda mais a relação entre capital e trabalho, a favor dos capitalistas. Nas palavras de Francisco de Oliveira:

"O recorrer ao concurso do capital estrangeiro acrescentará novas forças ao processo de acumulação, ao mesmo tempo que coloca, no longo prazo, novos problemas para a continuidade da expansão. Em primeiro lugar, incorporando-se rapidamente uma tecnologia mais avançada, a produtividade dará enormes saltos, ainda mais se essa incorporação se dá em condições das relações de produção que potencialmente já eram, de per si, concentradoras: sobre um mercado de trabalho marcado pelo custo irrisório da força de trabalho, os ganhos de produtividade logrados com a nova tecnologia vão acelerar ainda mais o processo de concentração de renda" (OLIVEIRA, 2002, p. 76)

Simultaneamente ao aumento de produtividade assiste-se à queda do poder aquisitivo da classe trabalhadora. Fato esse que pode ser obscurecido, dado o elevado dinamismo econômico do período e a grande mobilidade social dos trabalhadores que melhoraram suas condições de vida ao saírem do campo e

²⁹ Cabe ressaltar que OLIVEIRA (2002) considera que o aumento do coeficiente de inversão no período só foi possível em função de duas vertentes que fundamentaram o processo de acumulação: a entrada de capital estrangeiro e o aumento da exploração da força de trabalho.

conseguirem trabalho nos grandes centros.³⁰ Contudo, de acordo com OLIVEIRA (2002, p.78-79), a análise dos dados sobre o salário mínimo real, entre os anos de 1950 e 1964, revela a tendência de queda. A diminuição do salário real pode ser explicada através da relação estabelecida entre este e a produtividade, no período. Enquanto o salário real caiu, a produtividade cresceu bastante, a assimetria entre eles revela a queda do poder aquisitivo do trabalhador, consubstanciando o aumento da taxa de exploração da força de trabalho³¹. Ou seja, o aumento de produtividade não era transmitido aos salários. Tal fato ocorria porque faltavam as condições que levassem à formação das pressões sociais que respondessem pela elevação da taxa de salário. Segundo Furtado:

"No caso especial de capitalismo que estamos considerando, não se forma o vínculo causal entre aumento de produtividade (engendrado pela elevação da dotação de capital por trabalhador e pelo progresso técnico) e a elevação da taxa de salário que parece constituir a engrenagem básica da economia capitalista industrial moderna" (1982b, p. 27).

A falta de pressões sociais vinculava-se a existência de uma superpopulação relativa marginalizada no mercado de trabalho, acarretando uma oferta de mão de obra muito maior que a demanda. Essa população em grande parte era de origem

³⁰ Segundo OLIVEIRA (2002): "A intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido identificada como melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que, ao fazerem-se urbana comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando." (p. 78)

³¹ OLIVEIRA (2002) estabelece, também, a relação entre salário real e custo de reprodução urbana da força de trabalho para explicar o aumento da taxa de exploração da força de trabalho. No período a quantidade de bens industrializados na cesta de consumo do trabalhador passou a ser mais representativa em relação aos bens agrícolas, o que elevou o valor dela. Isso somado ao fato que o salário real caiu no período assinalado denota a queda do poder aquisitivo do trabalhador.

rural e em face da miséria que vivia migrava aos grandes centros em busca de trabalho. O crescente deslocamento de pessoas gerava nas cidades um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho, contribuindo para o rebaixamento dos salários dos trabalhadores urbanos. Segundo PRADO JR. (1979), ocorria uma extensão das precárias condições de vida da população do campo aos trabalhadores dos grandes centros:

"Ora, a presença de tão considerável massa de trabalhadores sem outro recurso que alienar sua força de trabalho, faz pender a balança da oferta e procura de mão de obra decisivamente em favor da procura, que se encontra assim em situação de impor suas condições quase sem limitações, nas relações de trabalho. Essa razão principal dos ínfimos padrões do trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do País. (...) Não pode haver dúvidas que os baixos salários relativos e as precárias condições de trabalho observadas na generalidade da indústria e outras atividades urbanas, sem excetuar os maiores centros do País, se devem em boa parte ao potencial de mão de obra de baixo custo que o campo oferece e que concorre permanentemente no mercado de trabalho urbano, deprimindo-lhe o preço" (p. 17-8).

Diante das péssimas condições de vida no campo bem como suas danosas conseqüências para os trabalhadores da cidade, existiu na época, fundamentalmente no final dos anos 50, uma luta em vários setores da sociedade por estender os direitos trabalhistas garantidos aos trabalhadores urbanos aos da zona rural, o que somente se concretizou em 1963 com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que figurou entre as reformas de base do governo João Goulart. Segundo LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA esse Estatuto: "Era produto direto da criação, em 1962, da SUPRA, Superintendência de Política Agrária, e estendia aos trabalhadores do campo uma série de

garantias e direitos já usufruídos pelos trabalhadores urbanos, (...)" (1999, p. 173).

Apesar da conquista do Estatuto do Trabalhador Rural, diversos fatores que determinavam o desequilíbrio na relação entre capital e trabalho persistiam, dentre eles uma estava a forma através da qual se dava a produção agrícola, que era pautada na intensa exploração do trabalhador rural, causadora das péssimas condições de vida dessa população.

2.2 A resposta às novas demandas criadas pela industrialização e urbanização e as conseqüências para o campo.

O segundo aspecto diz respeito à forma como o setor agrícola se expandiu entre os anos 50 e a primeira metade da década de 60. Frente às mudanças por que passou a economia do país, o campo adquiriu novas funções no desenvolvimento, bem como sofreu grandes transformações tanto nas relações de trabalho quanto nas condições de vida existentes no campo.

Um estudo clássico de 1954 descreve as transformações por que passa um bairro rural paulista diante da penetração de novos processos econômicos e sociais na vida do homem do campo.³² O equilíbrio dessa sociedade rural era dado tanto pela estrutura de vizinhança, que se fundamentava no trabalho coletivo e na obrigação bilateral entre os moradores do bairro, quanto pela disponibilidade de terras que possibilitava o fácil acesso às posses. A incorporação dessa população à vida urbana, que determinou a quebra daquele equilíbrio, foi ocasionada por fatores como o aumento da densidade demográfica, a preponderância da vida econômica

³² CANDIDO A, Os parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida.

sobre as antigas formas de solidariedade vicinal e a diminuição das terras disponíveis.³³ Como escreve Antonio Candido:

“Um grupo que se sentia equilibrado e provido do necessário à vida, quando se equiparava aos demais grupos de mesmo teor, sente-se bruscamente desajustado, mal aquinhado, quando se equipara ao morador das cidades, cujos bens de consumo e equipamento material penetram hoje no recesso da sua vida, pela facilidade das comunicações, a multiplicidade dos contactos, a penetração dos novos estilos de viver.(...) Colocado em face desta situação o caipira reage de duas maneiras principais; rejeita em bloco as suas condições de vida e emigra, proletarizando-se; ou procura permanecer na lavoura, ajustando-se como possível” (1975, p. 217).

Segundo Candido, o mais comum era a migração dessa população para as cidades, uma vez que, permanecer no campo poderia significar chegar a mais completa miséria. Entretanto, essas transformações não se limitavam a São Paulo, o processo de urbanização pôde ser visto em todo país, nesse período. Entre os anos 50 e 60 a população urbana aumentou, em todo Brasil, cerca de 66%, sendo o aumento mais rápido no Sul e no Centro-Oeste como nos mostra a tabela abaixo:

³³ Quanto aos reflexos da industrialização e urbanização de São Paulo na vida do caipira, Candido afirma que: “A marcha da urbanização em São Paulo está ligada ao progresso industrial e conseqüente abertura de mercados; daí a penetração, em áreas rurais, de bens de consumo até então menos conhecidos, ou, na maioria desconhecidos. Surgem assim, para o caipira, necessidades novas, que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida das cidades, destruindo a sua autonomia e ligando-o estreitamente ao ritmo da economia *geral*, isto é, da região, do Estado, do País, em contraste com a economia particular, centralizada pela vida de bairro e baseada na subsistência” (1975, p. 165).

Tabela 1.
Aumento populacional por
região e por zona rural e
urbana. 1950-60

Região	Urbana	Rural
Norte	64,9	26,9
Nordeste	58,2	10,9
Sudeste	62,9	11,4
Sul	88,5	33,7
Centro-Oeste	137,8	47,4
Brasil	66,7	16,9

Elaboração própria. Fonte:
Merrick, 1986.

O intenso fluxo demográfico em direção aos centros urbanos foi provocado pelas péssimas condições de vida da população no campo³⁴. A situação calamitosa em que se encontrava a população trabalhadora do campo relacionava-se com a maneira pela qual era efetuada a produção agrícola. No Brasil, o setor de bens primários sempre foi marcado pela rudimentariedade, qualidade que somada à concentração da propriedade da terra respondia pela miséria rural. Segundo Furtado, esse tipo de exploração determinava a situação do homem do Campo. "Como o homem que pratica agricultura tropical a nível técnico rudimentar e baixa capitalização será necessariamente um agricultor itinerante, serão as precárias condições de vida do roceiro itinerante, em terras marginais, que determinarão o preço da oferta da mão de obra" (1982, p. 107). As mudanças transcorridas na década de 50, derivadas do processo de industrialização, impuseram ao campo novas atribuições, mas mesmo assim, o modo de produzir na

³⁴ Esse crescente deslocamento de pessoas gerou nas cidades um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho, rebaixando os salários dos trabalhadores urbanos. Segundo Castro, ocorreu uma extensão das precárias condições de vida da população do campo aos trabalhadores dos grandes centros: "vemos a agricultura projetando suas características internas na indústria em formação: não fora a extremada miséria de grande parte da massa trabalhadora agrícola, não se verificaria uma busca a qualquer preço de oportunidades nos centros urbanos" (1977, p.115).

zona rural preservou duas características fundamentais, que eram: a concentração da propriedade da terra, bem como a exploração nas relações de trabalho.

As funções do setor agrícola nos anos 50 eram de um lado, produzir bens de exportação com o intuito de garantir as divisas para importação de bens intermediários e de capital. Paul Singer explica que no processo de industrialização, nos anos 50, são exigidas crescentes quantidades de importações: "Os processos de produção industriais aplicados no Brasil são todos provenientes dos países industrializados e sua implantação requer, como é óbvio, suprimentos destes países" (1984, p.222). De outro lado, o sub-setor voltado para o mercado interno teve que responder ao aumento progressivo da demanda, por alimentos e matérias primas, proveniente das cidades.³⁵

Para atender essa demanda, a produção agrícola crescia extensivamente utilizando-se da abundância de terra e mão de obra, o que determinava a permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização.³⁶ Gnnacarini, utilizando os dados sobre distribuição de investimentos nos estabelecimentos agrícolas entre 1955 e 1960, explica que mesmo em São Paulo, estado economicamente mais desenvolvido:

"(...) o setor primário da economia ainda é extremamente atrasado do ponto de vista das formas socialmente mais complexas do trabalho assalariado e da propriedade capitalista, exprimindo um baixo nível do desenvolvimento da divisão do trabalho" (1980, p. 75).

³⁵ Diante desse quadro de mudanças, o campo deveria estar apto a suprir essas demandas, deixando de estar voltado somente para o mercado externo e passando "(...) a atender uma crescente demanda interna por parte de numerosas cidades em rápida expansão e de um setor industrial cada vez mais amplo e diversificado, primordialmente voltado para a transformação dos seus produtos". (Szmerecsányi, 1984, p.116)

³⁶ (OLIVEIRA 2003).

Destarte, sem apresentar desenvolvimento técnico, a produção crescia, baseando-se no fator humano e na abundância de terras disponíveis na fronteira agrícola. O sentido dessa expansão vinculava-se à industrialização, que, concentrou-se em São Paulo, onde houve crescentes taxas de participação do produto industrial. Segundo Szmerecsányi:

"(...) a expansão da fronteira agrícola no Brasil de após trinta foi condicionada em seu ritmo, quando não na sua motivação, pelas dimensões e pelo caráter do novo padrão de acumulação, determinado pela concentração e centralização de capitais no setor industrial sediado em São Paulo" (1984, p. 136).

Os Estados que desenvolveram novas áreas agrícolas na década de 50 estavam próximos a São Paulo, o que pode ser verificado através da análise do fluxo demográfico nessas regiões. Enquanto os que expulsavam enorme contingente populacional eram os estados do Nordeste, região que apresentava elevadíssima concentração fundiária, bem como enfrentava freqüentemente rigorosas secas, que pioravam ainda mais a situação miserável da população³⁷. Os dados sobre migração interna na década de 50 contribuem para elucidar as principais áreas de saída e recebimento de migrantes³⁸. Segundo a Tabela 2, os estados que mais receberam migrantes

³⁷ O historiador Caio Prado Jr. (1979) realizou uma análise dos dados sobre a estrutura agrária nordestina nos anos 50. Além disso, maiores informações sobre a realidade nordestina nesse período podem ser encontradas em Furtado (1959).

³⁸ Segundo Graham e Buarque de Hollanda Filho, os três fenômenos migratórios mais característicos entre 1940 e 1970 no Brasil foram os seguintes: "primeiro, o brusco aumento da migração do campo para a cidade, que gerou tantas controvérsias e discussões sobre os prováveis altos custos sociais da urbanização e do desemprego urbano; segundo, o grande impulso dado em direção às áreas fronteiriças que levou primeiro ao Paraná, e mais tarde a Goiás e Mato Grosso; terceiro, a grande migração a partir do Nordeste, especialmente durante as grandes secas na década de 50". (1984, p. 68);

nesse período foram: Paraná, em primeiro lugar, e logo depois Goiás e Mato Grosso, justamente os estados onde houve maior avanço da fronteira agrícola.

Tabela 2. Migração interna líquida dos brasileiros natos por estados, no Brasil calculada pelo método de sobrevivência censitário.

<i>Estados</i>	<i>Nº de Migrantes 1950-60</i>	<i>Índice de Migração 1950-60</i>
Acre	-2,758	-2,41
Amazonas	1,261	0,24
Pará	8,638	0,74
Maranhão	212,231	13,4
Piauí	-157,655	-15,08
Ceará	-330,739	-12,27
Rio Grande do Norte	-133,723	-13,82
Paraíba	-256,418	-14,97
Pernambuco	-372,565	-10,97
Alagoas	-182,636	-16,71
Sergipe	-99,123	-15,38
Bahia	-506,165	-10,47
Minas Gerais	-593,386	-7,62
Espírito Santo	44,612	4,66
Rio de Janeiro	195,842	8,53
Guanabara	372,816	15,68
São Paulo	712,706	7,8
Paraná	912,855	43,58
Santa Catarina	-63,441	-4,07
Rio Grande do Sul	-162,532	-3,9
Goiás	259,310	21,34
Mato Grosso	131,839	23,59

Elaboração Própria. Fonte: Graham e Buarque de H. Filho, 1984.

Essa expansão foi efetuada em grande medida por empresas colonizadoras com objetivos comerciais e nitidamente especulativos. Apesar de fomentar a pequena e média propriedade ela só contribuiu para resguardar os interesses do grande capital mercantil e financeiro. Os lucros dessas

empresas eram garantidos pela exploração do colono, que de acordo com Gnaccarini era quem arcava com todo o ônus da expansão:

“O ciclo percorrido pela colonização evidencia que o colono é quem arca do começo ao fim com os custos de todos os investimentos da empresa, pondo nela tanto a poupança que acumulara anteriormente quanto o valor do seu trabalho vivo; ele custeia a abertura da frente pioneira; ele se encarrega de ampliá-la às suas custas; ele produz as mercadorias que a empresa colonizadora ou outras empresas comerciais dele exigem; e ele, finalmente, depois de pauperizado nas relações de intercâmbio com essas empresas, é transformado em assalariado ou semi-assalariado, ou então expulso dali para diante, para recomeçar a sua aventura sob o comando do grande capital” (1980, p.68).

O colono efetuava todo o processo de abertura das novas terras, em seguida era expulso e as terras iam para as mãos de grandes proprietários. A expulsão desses trabalhadores ocorria de duas formas: tanto pela progressiva pauperização que atingia sua unidade produtora, uma vez que as relações comerciais estabelecidas entre os trabalhadores e as empresas compradoras de sua produção eram extremamente onerosas a esses produtores, levando-os a um crescente endividamento que determinava a perda da propriedade da terra. Como também, muitas vezes, o pequeno proprietário era violentamente expropriado por grileiros (GNACCARINI, 1980).

A expansão da fronteira agrícola trouxe no seu bojo a valorização das terras nessas áreas. E, conseqüentemente, elas se tornaram alvo da especulação, uma vez que em períodos de alta inflação, como na década de 50, a terra representava uma alternativa segura e rentável. Associou-se, como causa e conseqüência dessa valorização, a manutenção da concentração

fundiária, tendo em vista que por ser a terra concentrada sua oferta era reduzida, o que justificava seu alto preço, por outro lado, aqueles que já eram grandes proprietários tentavam, cada vez mais, expandir seus domínios (RANGEL, 2000, p. 111-112).

O aumento do valor dessas terras atraiu fazendeiros, bem como companhias colonizadoras dispostas a tudo a fim de garantir seus ganhos. Segundo afirma Octávio Ianni:

“Quando uma área de economia natural é alcançada pela expansão da economia de mercado, as terras evidentemente são valorizadas; em consequência, o conflito de interesses se aguça” (1959, p. 34).

Foi o que ocorreu em duas regiões do Paraná. Em 1950, ocorreu a Guerrilha de Porecatu, ocasionada pela cessão, por parte do governo do estado, de terras ocupadas por posseiros a grandes fazendeiros, gerando um sério conflito entre eles. Na verdade, os grandes proprietários queriam utilizar essas terras, com alto valor, na ampliação de seus negócios. Segundo afirma José de Souza Martins:

“Os grileiros buscavam basicamente a obtenção de títulos de terras do governo que podiam ser hipotecados no banco do próprio governo e transformados em capital para aplicação em outros negócios” (1986, p. 79).

No mesmo estado, numa região de expansão da fronteira agrícola, localizada no Sudoeste do Paraná, ocorreu, em 1957, um conflito entre posseiros e companhias colonizadoras. Nessas terras, valorizadas por estarem próximas à região de maior desenvolvimento econômico do país, os posseiros e pequenos proprietários eram alvo das maiores injustiças. Tratava-se de uma região litigiosa entre o governo federal e

estadual, sendo que esses últimos representavam os interesses de uma companhia colonizadora. Sendo assim:

"De um lado, tem-se os posseiros e pequenos proprietários que, diante da situação de litígio que envolvia a definição da propriedade legal das terras que ocupavam, lutam pela efetivação de seu pleno domínio. De outro, tem-se a presença das companhias de terras que, apoiadas regionalmente pelas forças políticas e autoridades políticos-governamentais locais e estaduais procuram realizar grandes lucros com base na especulação com os preços da terra" (RÊGO, 1979, p. 101).

Houve áreas que atraíram trabalhadores posseiros em busca de trabalho na construção de rodovias. Ocorre que, ao mesmo tempo, as terras próximas à futura rodovia tinham seu valor acrescido, o que aguçava o interesse de grileiros, gerando conflitos entre esses e os posseiros. Foi o que aconteceu em Goiás, na área valorizada pela construção da rodovia Transbrasiliana, onde ocorreu a Revolta de Trombas e Formoso entre 1952 e 1957 (MARTINS, 1986).

Em São Paulo, estado que concentrou os maiores índices de crescimento econômico nesse período, as terras, do mesmo modo, sofreram forte valorização. E o que se viu foi a crescente exploração e subjugação da massa rural diante da manutenção dos interesses dos grandes proprietários de terra, que auferiam grande lucro com esse desenvolvimento. Nas fazendas de café houve a desarticulação do colonato, regime de trabalho implantado no final do século XIX.³⁹ O fim desse

³⁹ Na complexa teia de relações que caracterizava o colonato, um traço fundamental correspondia à permissão de os colonos plantarem entre as fileiras de cafezais alimentos para sua subsistência. No entanto, no decorrer do século os trabalhadores do café foram perdendo o direito de plantarem para si. Dentre as razões que ocasionaram essa mudança estava o fato de os fazendeiros com ajuda de agrônomos terem descoberto que a cultura intercalar destruía as raízes superficiais dos cafeeiros,

sistema ocorreu devido à elevação do potencial econômico das terras antes utilizadas para garantir a subsistência do trabalhador, pois, agora essas áreas, próximas dos centros urbanos, poderiam produzir para o mercado interno em ascensão. O colonato foi se extinguindo à medida que ao trabalhador deixou de ser permitido produzir para si, ao mesmo tempo em que se elevava progressivamente a dimensão salarial da remuneração do trabalho. Nesse processo, o trabalhador saiu muito prejudicado já que o salário que recebia não cobria suas necessidades básicas, anteriormente supridas com a produção de subsistência. As principais armas de luta foram as greves e as ações na justiça por meio de associações de trabalhadores rurais. Entretanto, a mobilização política nessa região não foi eficaz, o destino dos trabalhadores foi engrossar a massa de trabalhadores volantes, os bóias-frias, ou migrar para os centros urbanos (MEDEIROS, 1989) (MARTINS, 1986 e 2003).

Processo semelhante pôde ser observado no Nordeste, onde houve na década de 50 uma elevação da produção açucareira. A elevação da quantidade produzida se deu tanto em resposta ao aumento do consumo de açúcar no processo de industrialização e urbanização do país, quanto em razão do aumento da demanda nos EUA após a Revolução Cubana, ao final da década. Segundo Celso Furtado, enquanto em 1953-54 foram produzidos 30 milhões de sacos de açúcar, o consumo nacional passou em 1962-63 para mais de 46 milhões de sacos, além disso, as

afetando a produção. Além disso, foram introduzidas novas variedades de café que exigiam sombra, logo, compatível redução da distância entre os cafeeiros. Nesse momento, os colonos deixaram de produzir entre os cafezais e receberam terras fora do cafezal para plantarem gêneros de subsistência. Ao chegar nos anos 50, graças ao desenvolvimento industrial que acarretou o crescimento do mercado interno, o potencial econômico das áreas utilizadas para subsistência do colono foi elevado, o que tornou desinteressante ao fazendeiro o sistema do colonato (MARTINS, 2003).

exportações de açúcar cresceram em cerca de 50% nesse decênio (FURTADO, 1964).

A expansão da produção açucareira se deu através da forma costumeira, com a incorporação de novas terras, antes ocupadas pelas culturas de subsistência, das quais os trabalhadores tiravam o essencial para o seu sustento. Frente a essa situação, eles passaram a adquirir seus alimentos no comércio, cujos preços eram bastante elevados, acarretando, por conseqüência, um rebaixamento no padrão de vida rural (ANDRADE, 1987) (PRADO JR., 1979). De acordo com Caio Prado Jr:

“Segundo opinião generalizada nas zonas açucareiras do Nordeste, o trabalhador rural vive hoje em piores condições que há anos passados. E o fator diretamente responsável por isso, foi precisamente o progresso e o desenvolvimento econômico daquelas zonas” (1979, p. 31).

Esse empobrecimento da população levou ao conflito entre os moradores de condição, ou foreiros, como eram denominados os trabalhadores da cana que queriam permanecer nas terras que utilizavam para cultivo próprio e os grandes proprietários, culminando no surgimento das ligas camponesas.

Como pudemos notar a expansão do capitalismo ao campo, através da construção de rodovias, do avanço da fronteira agrícola, bem como da elevação da produção no Nordeste para atender aos mercados em ascensão no sudeste e no mercado internacional, levou à piora das condições de vida da população rural, determinando em alguns casos o surgimento de sérios conflitos. Ocorre que tais conflitos possuíam um caráter fortemente localizado e com manifestações específicas a cada lugar em que se deflagraram. No Nordeste o movimento das Ligas Camponesas teve uma gestão duradoura que adquiriu grande repercussão, elas emergiram no contexto de expulsão de

foreiros e se inseriram num contexto de crise política regional, quando crescia a consciência do subdesenvolvimento nordestino e da necessidade de ações que levassem a superação dessa situação. Na região sudeste, particularmente em São Paulo foi grande o número de greves motivadas pela extinção do direito de plantar culturas de cultivo próprio que eram pertinentes aos trabalhadores sob o regime do colonato. Foi também expressivo o número de conflitos no campo relacionados com a disputa de terras entre posseiros e grileiros, em regiões onde a terra foi valorizada. Todos esses movimentos expressaram insatisfações específicas a cada região, sem que houvesse uma articulação entre eles nem a percepção de que todos se inseriam num mesmo contexto relacionado ao progresso econômico do país, que ao não ser acompanhado por mudanças na estrutura agrária, impedia que a grande maioria da população rural se inserisse com equidade no desenvolvimento. Contrariamente a isso o que ocorria era a valorização das terras simultaneamente à manutenção da concentração fundiária.

A realidade rural brasileira e as tradicionais injustiças nela presentes se expressaram na década de 50 através de diversos focos de conflitos, no entanto, faltava aos personagens desses movimentos uma visão global dos problemas brasileiros que lhes permitisse compreender o contexto mais amplo que estavam inseridos bem como vislumbrar uma estratégia coletiva de superação de suas insatisfações e de conquista de suas aspirações. Nesse vácuo de perspectivas quanto ao destino dos pobres do campo, emerge a necessidade de interpretações que lancem luz sobre as causas responsáveis pela situação miserável no campo, com a finalidade de tornar possível a formulação de respostas às necessidades dessa população, bem como de indicar um novo rumo à história do

país.⁴⁰ Por essa razão, é de suma importância o papel dos intelectuais, como Caio Prado Jr, Ignácio Rangel, Celso Furtado e os autores pecebistas, incumbidos de efetivar o entendimento da realidade brasileira e de elaborar propostas para resolver a questão agrária que emergia nesses anos.

⁴⁰ José de Souza Martins afirma que havia um descompasso entre o grande discurso – que tentava dimensionar historicamente as dificuldades dos trabalhadores, remetendo-as a um plano estrutural – e o pequeno discurso – que ficava no plano das necessidades cotidianas de sobrevivência dos pobres. Em suas palavras: “O diagnóstico político que então surgiu para a questão agrária, o do grande discurso, não derivou diretamente da própria questão e do modo como se deu a ver. Ele constituía um diagnóstico de conjunto sobre a realidade social e política brasileira e as contradições do desenvolvimento capitalista no país (...). Como acontecera no fim da escravidão, setores sociais esclarecidos identificavam fatores de atraso social, político e econômico que os próprios protagonistas do atraso e as vítimas do atraso não podiam ver” (MARTINS, 2003, p. 171)

Capítulo II

O papel da questão agrária no desenvolvimento nacional em Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Celso Furtado e Alberto Passos Guimarães.

"Sob diversos aspectos, a história do pensamento brasileiro do século XX pode ser vista como um esforço persistente e reiterado de compreender e impulsionar as condições da modernização da sociedade nacional. (...) É óbvio que esse esforço de compreensão e compromisso não se organiza sempre na mesma direção. Uns preconizam a modernização em moldes democráticos; outros em termos conservadores, ou simplesmente autoritários. Há aqueles que reivindicam reformas sociais amplas; outros até mesmo a revolução social". (IANNI, 1992, p. 47)

Como vimos no capítulo primeiro, o processo de industrialização ocorrido no país na década de 50 e particularmente no início da década de 60 suscitou um intenso debate na sociedade a respeito dos limites do crescimento

econômico, dentre eles a questão agrária adquiriu preeminência. Diversos grupos políticos participaram do debate sobre as condições de modernização da sociedade nacional, entre eles estavam os intelectuais.

Nesse capítulo discute-se o papel da questão agrária no desenvolvimento nacional entre 1950 e 1964 na visão de quatro importantes intelectuais que estudaram esse tema. São eles: Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Celso Furtado e Alberto Passos Guimarães.

1. A questão agrária em Caio Prado Jr.

1.1 A interpretação sobre a questão agrária e o seu papel no desenvolvimento do capitalismo nacional.

Caio Prado Jr. fez sua análise entre os anos 40 e 60, quando o modo de produção capitalista, marcado pelo seu caráter altamente concentrador da renda, deixava à míngua a maior parte da população brasileira. Para esse historiador a formação histórica brasileira era a responsável por tal situação, pois, nosso passado colonial permanecia vivo e incrustado na debilidade das forças produtivas e na precariedade das relações de trabalho, características essas que saltavam aos olhos ao se observar a realidade rural do país e determinavam, assim, a nossa questão agrária.

O enfrentamento e a resolução dessa questão se inseriam no quadro da Revolução Brasileira⁴¹, entendida como um momento de transição entre o passado colonial que ainda pesava na situação com a qual o autor se deparava, e o futuro do Brasil-Nação. De forma mais precisa, Caio Prado define:

⁴¹ A Revolução Brasileira foi escrita por Caio Prado Jr. no início da década de 60, com o intuito de elucidar as verdadeiras contradições por que passava o Brasil nesse período.

"Revolução" em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais" (1966, p. 2).

Para entender o sentido das mudanças revolucionárias por que deveria passar o país seria necessário investigar historicamente as contradições da sociedade e economia brasileira; pois:

"É na história, nos fatos concretos da formação e evolução de nossa nacionalidade que se encontra o material básico e essencial necessário para a compreensão da realidade brasileira atual e sua interpretação com vistas à elaboração de uma política destinada a promover e estimular o desenvolvimento" (PRADO JR.1972, p.18).

Caio Prado buscou na colonização portuguesa os fundamentos explicativos do sentido da evolução do povo brasileiro, para que, dessa forma, fosse possível compreender as origens e as vias de superação das contradições que emperravam o desenvolvimento do Brasil como Nação. A colonização portuguesa na América constituiu-se num negócio baseado na grande produção agrícola de gêneros tropicais ao mercado externo. Assim, a empresa colonial teve como organização produtiva a grande propriedade monocultora, que utilizava como força de trabalho a mão de obra escrava africana. De acordo com o nosso autor:

"A grande exploração agrária - o engenho, a fazenda - (...), resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles podem fornecer. São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária no Brasil colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam, derivam diretamente e com conseqüência necessária daqueles fatores" (PRADO JR., 2000, p.118).

As três características fundamentais da grande exploração agrária colonial, assim como o caráter originário da economia brasileira, estruturada na base da produção para o atendimento de necessidades estranhas ao país, em grande parte se perpetuaram, marcando profundamente a estrutura agrária do país independente.

Da estrutura agrária colonial manteve-se a extensão das propriedades, e em alguns casos se aprofundou a concentração fundiária através da ampliação e integração ainda maior da grande exploração.

"É o que se deu recentemente com a lavoura canavieira no Nordeste, onde os antigos engenhos foram sendo progressivamente absorvidos e concentrados pela usina, bem como em São Paulo onde a produção açucareira se vem aceleradamente desenvolvendo a ponto de constituir hoje o Estado o principal produtor do país, e onde essa

produção se acha altamente concentrada" (PRADO JR.,1966, p.11).

O trabalho escravo foi abolido, mas deixou importantes traços nas relações de trabalho no campo. A enorme exploração, e conseqüente miséria material e cultural, a qual o escravo estava sujeito foi absorvida pelo capitalismo brasileiro, com o objetivo de angariar maiores lucros em seus empreendimentos. De acordo com Caio Prado:

"(...) a abolição não eliminou desde logo, pelo menos em alguns lugares, acentuados traços escravistas que permaneceram de fato e à margem do regime legal de trabalho livre. Mas essas sobrevivências escravistas (que são freqüentemente apontadas pelos teóricos do feudalismo brasileiro como 'restos feudais'), longe de constituírem obstáculo ao progresso e desenvolvimento do capitalismo, lhe têm sido altamente favoráveis, pois contribuem para a compressão da remuneração do trabalhador, ampliando com isso a parte da mais-valia, e favorecendo por conseguinte a acumulação capitalista. O que sobra do escravismo representa assim um elemento de que o capitalismo se prevalece, e em que freqüentemente se apóia, uma vez que o baixo custo da mão de obra torna possível em muitos casos a sobrevivência de empreendimentos de outra forma deficitários" (1966, p.141).

O caráter da exploração agrária, baseada na produção em larga escala de produtos de grande apreciação no mercado externo prevaleceu, embora em novo contexto histórico. Já que, os montantes gerados no comércio de produtos tropicais no exterior passaram a fornecer as bases para a industrialização. Os bens importados, como maquinaria e insumos para a indústria, eram bancados pelas divisas geradas no comércio internacional.

Em decorrência da organização produtiva no campo, caracterizada acima como sendo a grande propriedade capitalista monocultora voltada a atender necessidades estranhas às do nosso povo, provinha a organização da sociedade. Eram basicamente duas as classes sociais na zona rural, a dos grandes proprietários e a dos trabalhadores, o que determinava a diferenciação entre eles era a posição relativa que ocupavam frente às atividades agrárias, assim:

“Os grandes proprietários e fazendeiros, lavradores embora, são antes de tudo homens de negócio para quem a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer (...). Do outro lado, para os trabalhadores rurais, para a massa camponesa de proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível” (PRADO JR., 1979, p.22).

A relação entre grandes proprietários e trabalhadores era caracterizada pela enorme exploração e o principal fator que concorria para a delinear a natureza dessa relação era a elevada concentração fundiária. Na Tabela 1. são apresentados os dados do censo de 1950 que denotam a altíssima concentração de terras em poucas mãos

Tabela 1. Distribuição dos estabelecimentos pequenos, médios e grandes, em número e área ocupada.

Estabelecimentos Agropecuários	% do número de estabelecimentos de cada categoria no n° total.	% da área ocupada por categoria na área total.
De menos de 100ha (pequenos)	85	17
De 100 a menos de 200ha (médios)	6	8
De 200ha e mais (grandes)	9	75

Fonte: PRADO JR. 1979.

Os dados mostram que enquanto 85% do número de estabelecimentos ocupam 17% da área total, 9% dos estabelecimentos, que são os grandes, de mais de 200ha, ocupam 75% da área total. A elevada concentração fundiária é aí evidente. A concentração da propriedade da terra era um dos principais fatores que atuavam na oferta e demanda de trabalho.

A situação se agravava pelo fato que os grandes proprietários não só possuíam a maior parte das terras como também a melhor parcela, destinada, prioritariamente, a produção de gêneros de alto valor comercial. A grande exploração agrícola relegava a um segundo plano a produção alimentícia, determinando a dualidade das atividades rurais, de um lado as que objetivam produtos de alta expressão comercial como a cana de açúcar no Nordeste e o café em São Paulo, de outro as atividades destinadas à subsistência da população do campo. Tal circunstância revelava uma contradição, enquanto a atividade comercial ia bem, havia saldos positivos na balança comercial e os fazendeiros

enriqueciam, a grande massa da população brasileira passava fome devido à falta generalizada de alimentos.

Em suma, nosso autor acredita que no campo brasileiro vigorava um sistema capitalista com especificidades provenientes de nossa formação histórica. Nosso passado colonial manteve-se vivo, em particular, no elevado grau de exploração do trabalhador assalariado no campo⁴². Em consequência dessa exploração provinha a situação de miséria material e moral da população rural, e esse era o fator que Caio Prado colocava em primeiro plano ao delimitar a questão agrária: "Se nos propormos analisar e corrigir a deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora no campo brasileiro - e nisso consiste preliminarmente, sem dúvida alguma, a nossa questão agrária - é disso que nos devemos ocupar em primeiro e principal plano" (PRADO JR., 1979, p. 22). Romper com a pobreza do trabalhador era o objetivo central da Revolução Brasileira. Pois, dessa forma, estabelecer-se-iam as condições para inserção com equidade de toda população brasileira no desenvolvimento capitalista. A ascensão social e material do trabalhador forneceria as bases para constituição de um sólido mercado interno, o qual corresponde ao requisito básico da nação. No movimento rumo à integração nacional, a questão agrária assumia papel primordial, já que, no campo se encontravam as principais contradições herdadas de nosso passado como colônia. Caio Prado afirma que:

"(...) é na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país

⁴²Caio Prado ressalta com veemência que é esse o tipo de relação prevalecente no campo, contrariando as teses dos teóricos pecebistas que acreditavam haver no campo camponeses, ao invés de proletários rurais.

atravessa. É aí que a herança da nossa formação colonial deixou seus mais profundos traços, e os mais significativos do ponto de vista social. E assim a superação do estatuto colonial que representa, como vimos, a linha mestra da revolução brasileira, encontra no campo os principais e essenciais obstáculos a seu processamento" (1966, p. 203).

A Revolução Brasileira devia avançar a partir das contradições, sobretudo na que se encontrava nas relações de trabalho, preponderantemente, as de emprego, pois:

"Decorre daí o conflito básico nela presente - como aliás se verifica nos fatos- gira em torno da reivindicação, pelos trabalhadores empregados, de condições mais favoráveis de trabalho, como sejam melhor remuneração, segurança no emprego, tratamento adequado, etc" (PRADO JR., 1966, p. 204).

1.2 A estratégia de resolução da questão agrária.

Para alcançar os objetivos dos trabalhadores, Caio Prado propôs uma estratégia de eliminação dos aspectos negativos da grande exploração, que consistem fundamentalmente nos baixos padrões tecnológicos e no tipo de relações de trabalho predominantes, que reduzem o trabalhador às miseráveis condições materiais, culturais e sociais.⁴³ Tal estratégia fundamentaria o equilíbrio na relação entre capital e trabalho bem como conformaria as bases para a modernização do campo.⁴⁴ Tratava-se de um plano com duas frentes: a primeira

⁴³ PRADO JR., 1966, p.214.

⁴⁴ Segundo Caio Prado grande parte das insuficiências da agropecuária brasileira vinculavam-se às reduzidas aspirações e o baixo nível ideológico e da consciência de classe dos trabalhadores rurais. Desse modo ao fortalecer a posição do trabalhador agrícola frente ao latifundiário, a estratégia desse autor incluía a modernização da produção agrícola. Na citação a seguir podemos perceber a relação entre elevação das condições de vida do trabalhador e estímulo ao

seria a extensão da legislação social trabalhista para o campo, com o fim de assegurar ao trabalhador proteção legal para melhorar suas condições de vida. A segunda frente corresponderia à desconcentração da propriedade fundiária, permitindo o acesso a esse bem por parte dos trabalhadores que estivessem capacitados a gerir uma pequena produção. Esses dois caminhos, embora convergentes, pois tinham o fim único de elevar os padrões do homem do campo, eram distintos e deviam ser tratados à parte, e cada qual por si a fim que fossem detectadas suas conexões e complementaridades.

A primeira frente de luta, relacionada acima, seria por uma legislação social trabalhista, a qual deveria, antes de tudo, captar a complexidade das relações de trabalho vigentes no campo. Já que, uma das principais críticas de nosso autor à legislação trabalhista para o campo, promulgada em 1963, foi que essa se assemelhou a uma transplantação da que vigorava para o trabalhador urbano. Sendo assim, ele afirma:

"As relações de trabalho no campo variam consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se dá na indústria e no comércio. E tal variabilidade precisa naturalmente ser levada em conta pela lei, o que o Estatuto que estamos analisando reduz a um mínimo que absolutamente não reflete, e em que portanto não se prevêem de maneira adequada as inúmeras situações que se apresentam e podem eventualmente apresentar-se" (PRADO JR., 1979, p.144).

aperfeiçoamento das técnicas de produção: "Tem faltado assim à produção agropecuária brasileira este fator essencial de estímulo à introdução de melhorias e aperfeiçoamento técnicos, que consiste em primeiro e principal lugar, como toda a história do desenvolvimento capitalista demonstra, na necessidade de compensar o acréscimo de custos provocado pelo aumento da remuneração do trabalho - aumento esse que resulta da agressividade e combatividade do trabalhador - com o crescimento da produtividade pela introdução de técnicas aperfeiçoadas." (1966, p.156)

Entre as relações de trabalho específicas ao campo, estava a remuneração através de um sistema híbrido, ou seja, uma parte era o pagamento em dinheiro e a outra correspondia ao direito de ocupar, para uso próprio, partes da propriedade do empregador. Esse tipo de remuneração era de grande vantagem para o fazendeiro, porque as atividades agrícolas eram geralmente esporádicas e o sistema híbrido permitia que o trabalhador permanecesse à disposição do proprietário sem receber salário, apenas plantando o mínimo para sua sobrevivência. Não obstante, o direito de utilizar a terra trazia, em certa medida, algumas vantagens para o trabalhador, já que ele garantia o mínimo de gêneros para a subsistência de sua família. Em razão da enorme complexidade dessas relações, a legislação social trabalhista deveria ser feita, cuidadosamente, a fim de captar as suas peculiaridades; Caio Prado sugere:

"A remuneração do trabalhador deve ser regulamentada de maneira a balancear e combinar convenientemente os vários elementos que nela concorrem, de forma que essa combinação não se faça, como é presente o caso, segundo o arbítrio do empregador e por inspiração exclusiva de seus interesses e preferências. O que se faz sobretudo necessário, é conceder maior estabilidade e continuidade às relações estabelecidas, a fim de que não se possam modificar, abruptamente ou mesmo de ano para outro, a gosto do proprietário e sabor de suas conveniências do momento, sem consideração alguma dos interesses do trabalhador" (1979, p.94-95).

A legislação, além de garantir estabilidade e continuidade as relações de trabalho, incluiria o direito à moradia com conforto, higiene e segurança a todos os que lavram a terra. E mais, havia a necessidade de eliminar outros tipos de relações, entre o proprietário e o

trabalhador, que não fosse a de trabalho, pois, não deveria haver entre eles vínculos extra-econômicos. Nosso autor acredita que:

"Uma legislação trabalhista eficaz e realmente protetora do trabalhador empregado rural deve, além de regular as relações de trabalho, criar as condições necessárias, e que fazem falta no meio rural brasileiro por circunstâncias que lhe são peculiares, para que entre proprietários e trabalhadores subsistam unicamente, como se dá nos centros urbanos, relações puramente de trabalho, isto é, de prestação remunerada de serviços, de empregador a empregado" (PRADO JR. 1979, p.99).

A regulamentação dos direitos trabalhistas no campo, e o conseqüente aumento salarial, também repercutiriam no avanço técnico da produção agropecuária, visto que, altos salários são um estímulo para os proprietários introduzirem técnicas aperfeiçoadas. O avanço tecnológico nas explorações agrícolas garantiria o aumento da produtividade, evitando as perdas acarretadas pelo aumento da remuneração do trabalhador.

Outro efeito importantíssimo dessa legislação no campo seria a melhora dos padrões materiais e sociais da classe trabalhadora como um todo. Afinal, com as melhoras no padrão de vida no campo evitar-se-iam as migrações rumo aos grandes centros em busca de trabalho. A oferta de trabalho no comércio e na indústria, dessa forma, deixaria de aumentar e os salários na zona urbana estariam livres para crescer. Conforme se percebe, as leis para o campo trariam benefícios também para os trabalhadores das cidades, sendo assim, propunha-se uma aliança entre o proletariado urbano e rural na luta pela legislação social trabalhista no campo. A estratégia política contida na Revolução Brasileira passaria, essencialmente, por essa aliança, já que:

"(...) faltam contudo aos trabalhadores rurais a necessária iniciativa, o conhecimento de como e por onde desencadearem a luta, a decisão e capacidade de nela se orientarem adequadamente. Esse impulso e essa orientação precisam vir de fora. E somente podem partir, por força das circunstâncias, (...), do proletariado urbano cujo nível cultural e político, apurado pela vida da cidade, tão mais intensa e culturalmente mais elevada, o torna apto para aquela tarefa de direção da massa trabalhadora rural. Tarefa para a qual se acha naturalmente indicado por força das ligações que o prendem àqueles trabalhadores rurais" (PRADO JR., 1966, p. 263).

A segunda frente de luta corresponde à desconcentração da propriedade rural. Caio Prado elabora cuidadosamente essa proposta, levando em conta as particularidades de nossa formação histórica, através da qual verificamos a existência, apenas residual, de uma cultura propriamente camponesa com ocupação parcelaria da terra. A ausência de uma presença preponderante do camponês na história econômica do país determina que:

"Não somente não existe na maior e principal parte da agropecuária brasileira (onde predomina, como forma de relação de trabalho, a grande exploração rural), a reivindicação efetiva e luta revolucionária dos trabalhadores pela posse e ocupação parcelaria da terra, como verificamos anteriormente; mas ainda essa luta não se propõe, com o papel destacado e de primeiro plano que se pretende, nas atuais circunstâncias do processo histórico-social em desenvolvimento no campo brasileiro" (PRADO JR, 1966, p.216).

A economia camponesa possuía presença residual e era dispersa pelos poros da grande exploração. Em muitos casos os trabalhadores da fazenda se ocupavam de culturas próprias, em

regra gêneros de subsistência, paralelamente e subsidiariamente à produção principal. Nos períodos de elevação do valor dos bens agrícolas comercializáveis, as terras onde eram plantados bens de subsistência eram suprimidas para dar espaço à cultura de grande lucratividade. Em face do encolhimento e até desaparecimento do plantio destinado ao consumo do trabalhador, eram geradas as principais tensões em torno da ocupação da terra. Nessas circunstâncias, nosso autor propõe a livre ocupação e utilização da terra pelos trabalhadores. No entanto, Caio afirma:

"A questão da terra no Brasil não tem a generalidade suficiente, nem se apresenta com a necessária uniformidade em todos os lugares, para constituir ponto de partida de amplos e continuados movimentos de massa, que é o que realmente, em profundidade, interessa do ponto de vista revolucionário. Ela pode determinar, como de fato tem determinado, ponto de atrito que eventualmente degeneram em conflitos localizados" (1966, p. 219).

Embora salientando o papel secundário da luta pela terra no processo da revolução brasileira, Caio Prado propõe medidas para resolução desse problema, que são amplamente vinculadas com as leis trabalhistas para o campo. Tal legislação impulsionaria a desconcentração fundiária, pois, as propriedades deficitárias que viviam às custas da exploração do trabalhador, não suportariam a elevação dos salários e seriam colocadas à venda. Nesse momento o Estado agiria através de políticas agrárias que objetivassem o desmembramento e efetiva utilização, sob outras formas, das grandes propriedades menos produtivas. Em decorrência do

aumento da oferta de terras, proveniente de empresas agrícolas falidas, o preço desse bem sofreria grande queda. O baixo preço da terra facilitaria uma intervenção estatal na realização da reforma agrária, porque, com um valor mais acessível, o governo poderia comprar e repassar essas terras a pequenos agricultores que não dispusessem desse bem. Por consequência desse processo haveria uma dupla e ordenada seleção tendente à elevação dos padrões da produção agrária:

“De um lado, seleção das áreas e atividades desfavoráveis ou menos favoráveis à grande exploração, e que se tornarão disponíveis para a pequena produção camponesa. De outro lado, seleção dos trabalhadores que reúnam condições e qualidades (aptidão e iniciativa) para se estabelecerem por conta e risco próprios” (PRADO JR, 1966:224).

A divisão das grandes propriedades deveria ocorrer também em alguns outros pontos específicos, em primeiro lugar, onde a estrutura latifundiária se apresentasse mais enfraquecida, ou seja, onde a atividade produtiva se realizasse parcelariamente. Isso ocorria no sistema de parceria, onde o trabalhador parceiro, embora integrado num todo que era a grande propriedade e mesmo participando da atividade produtiva, realizava sua atividade independentemente dos demais. Onde vigia a parceria, existia uma organização intermediária entre a grande exploração e a exploração parcelária e individual, tornando-se, assim, mais fácil o parcelamento e, por conseguinte, a desconcentração fundiária.

A divisão das propriedades seria efetuada, também, nas áreas próximas às obras públicas destinadas ao favorecimento das atividades agrárias, tais como: irrigação, regularização de cursos d'água, práticas conservacionistas em larga escala

de defesa do solo contra a erosão. Essas terras deveriam ser obrigatoriamente desapropriadas e subdivididas.

A batalha pela divisão das grandes propriedades compreenderia o aumento da tributação. Já que é muito comum, num país como o Brasil, marcado por longos processos inflacionários, a terra ser utilizada como reserva de valor. Eram grandes propriedades, onde não existiam atividades agropecuárias, com função meramente especulativa. A elevação da carga tributária seria um bom instrumento para combater esse tipo de investimento, em suas palavras:

"(...) a tributação, forçando o retalhamento e venda das grandes propriedades (...), faria afluir para o mercado imobiliário grande massa de propriedades e áreas à venda, o que naturalmente provocaria a baixa de preços. (...) O que prepararia o terreno e facilitaria grandemente a efetivação da medida principal com que se há de contar para a realização da reforma agrária, e que vem a ser a sua desapropriação para o fim de loteamento e transferência da terra para pequenos proprietários" (PRADO JR., 1979, p. 114).

O conjunto das medidas pela reforma agrária, em sua maior parte, está contido no livro *A Revolução Brasileira*. Nota-se que tal obra nasce das inquietações de nosso autor frente ao que ele considerava um mau entendimento da realidade revolucionária, nos anos 50 e 60, em nosso país.⁴⁵

⁴⁵ O texto de Caio Prado Jr. visa mostrar os equívocos dos teóricos do Partido Comunista Brasileiro. Esses intelectuais acreditavam que o Brasil deveria passar por uma revolução democrático-burguesa, cujo principal objetivo era eliminar os restos feudais. Essa análise era feita de acordo com um modelo pré-concebido e encaixado nos fatos históricos de nosso país, assim afirma Caio Prado: "Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular - o Brasil aí incluído - haveria necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo" (1966:34). Nessa perspectiva, a questão agrária significava a

As idéias pecebistas eram rejeitadas por Caio Prado, cuja tese central era de que no campo vigoravam relações estritamente capitalistas, e, assim, ao invés de camponeses existiam proletários rurais. Nosso autor, ao contrário dos teóricos pecebistas, não propunha a destruição da grande exploração e acreditava não ser essa a principal reivindicação dos trabalhadores, já que, eles não possuíam uma cultura camponesa, dessa forma, jamais poderiam se organizar em pequenas propriedades. Assim a reivindicação da massa rural:

"(...) Não se dirige, como os fatos confirmam, e normalmente não se pode dirigir contra a grande exploração a fim de a destruir. Não lhe ocorre, essencialmente, e na generalidade dos casos, modificar seu estatuto econômico, Isto é passar de trabalhador entrosado num conjunto orgânico, que é a grande exploração - situação essa a que se condicionou através de gerações sucessivas -, passar daí a produtor autônomo, o que exigiria a transformação fundamental da estrutura de produção em que se acha entrosado, bem como de suas próprias relações e métodos de trabalho. Faltar-lhe-iam (...) tradição cultural, conhecimentos, experiência, iniciativa (...)." (PRADO JR., 1966, p.210).

O retalhamento das grandes explorações seria inviável também pelo lado das forças produtivas, pois faltariam circunstâncias implícitas na estrutura agrária e na organização econômica atual favoráveis à transformação dessa

exploração dos camponeses pelos senhores feudais nos campos brasileiros. Dessa forma, a reforma agrária corresponderia à eliminação de nosso passado feudal, para tanto, era necessário subdividir as grandes propriedades e entregá-las aos camponeses explorados. Além disso, seriam banidos os privilégios do senhor feudal e surgiriam os pequenos agricultores capitalistas, livres para se desenvolverem economicamente. Para maiores informações sobre o pensamento Pecebista sobre a questão agrária consultar: SANTOS, R. (org), *Questão agrária e Política - autores pecebistas*.

estrutura. A pequena produção camponesa não seria capaz de substituir, nem se aproximar do nível de produtividade da grande exploração.

Por isso, Caio Prado idealiza um conjunto de medidas, estrategicamente pensadas, com o fim de eliminar os aspectos negativos da grande exploração e, assim, transformar sua organização. Nas palavras do autor:

"Em suma, o que se propõe nos fatos realmente verificados, e não como se pretende na base de abstrações puramente especulativas, não é a destruição da grande exploração e sua substituição por uma economia camponesa cujo progresso dependeria daquela destruição; e sim a transformação da grande exploração com a eliminação de seus aspectos negativos que consistem essencialmente nos baixos padrões tecnológicos, que são a regra, bem como do tipo de relações de trabalho predominantes e que reduzem o trabalhador às miseráveis condições materiais, culturais e sociais que são as suas" (PRADO JR. 1966, p.214).

A produção agropecuária brasileira era realizada com técnicas rudimentares e, em muitos casos, só sobrevivia através de intensa exploração dos trabalhadores. Procurava-se inverter tal lógica, por meio da elevação dos rendimentos e das condições de vida do trabalhador, que fariam crescer os custos da produção. Tal elevação proveniente das reivindicações trabalhistas é elemento essencial e, historicamente, representa o principal impulso às inovações tecnológicas do capitalismo. Portanto, os aumentos salariais no campo juntamente com o aumento da oferta de terras para aqueles trabalhadores que forem aptos a cultivá-la, exerceriam forte pressão no sentido de romper com a debilidade das forças produtivas no campo além de elevar o

estatuto social do trabalhador rural, e, como vimos, do trabalhador brasileiro em geral.

1.3 Observações Finais

A estratégia de Caio Prado para resolver a questão agrária fazia parte de um amplo conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais que se tornavam urgentes para a reestruturação da vida do país de maneira a responder às aspirações de toda a população brasileira.⁴⁶ À totalidade dessas transformações o autor denominou de Revolução Brasileira. Cabe ressaltar que ele não a qualificava nem de revolução democrático-burguesa, nem como revolução socialista. Segundo esse autor, o que definiria a especificidade de nossa revolução seria a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que ela resulta.

Examinando historicamente as origens da questão agrária nos anos 50, Caio Prado constatou que tal problemática não poderia ser equacionada nos moldes de uma revolução democrático-burguesa, pois, estavam ausentes da realidade agrária brasileira requisitos imprescindíveis para concretização desse tipo de revolução. Não havia no campo brasileiro restos feudais e nunca houve uma ocupação parcelaria da terra que caracterizasse uma economia camponesa, por essa razão seria inviável a transformação da massa rural em camponeses capitalistas. Segundo nosso autor a reforma agrária nesse contexto se daria da seguinte forma:

⁴⁶ Caio Prado escreve, ao explicar o objetivo ao redigir o livro *A revolução brasileira*: "O que se objetiva nele é essencialmente mostrar que o Brasil se encontra na atualidade em face ou na iminência de um daqueles momentos assinalados em que se impõem de pronto reformas e transformações capazes de reestruturarem a vida do país de maneira consentânea com suas necessidades mais gerais e profundas, e as aspirações da grande massa de sua população que, no estado atual, não são devidamente atendidas." (1966, p.3)

"A reforma agrária que se propõe aí, em correspondência e continuação à luta camponesa, será a transformação do latifúndio feudal em exploração capitalista, e a substituição do senhor feudal pelo camponês capitalista. Isso pela abolição dos privilégios e direitos daquele primeiro, a fim de permitir ao camponês seu livre desenvolvimento econômico e transformação em produtor capitalista. É dentro desse quadro e em conjuntura como essa (...) que se situa a reforma agrária como parte e elemento integrante da revolução burguesa." (1966, p.56)

Além disso, segundo nosso autor, inexistia na realidade brasileira uma burguesia nacional, caracterizada por seu antiimperialismo e pelo favorecimento aos interesses nacionais, item essencial à realização da revolução democrático-burguesa. Em suas palavras:

"A 'burguesia nacional', tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente antiimperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um destes mitos criados para justificar teorias preconcebidas..." (1966, p. 179)

Ao mesmo tempo, a resolução da questão agrária não se inseria no contexto de uma revolução socialista, afinal, faltariam requisitos essenciais devido à rudimentariedade de nosso capitalismo. Nas palavras do autor: "(...) temos capitalismo, seja embora um capitalismo rudimentar, incipiente e de baixo nível tecnológico e de desenvolvimento, como se dá generalizadamente e com poucas exceções, na agropecuária brasileira" (1966, p. 156).

Segundo nosso autor, tínhamos no campo uma burguesia atrasada, de baixo nível cultural e por isso ineficiente e rotineira, simultaneamente, o proletariado rural possuía

reduzidas aspirações e baixo nível ideológico. Essas características, que denotavam o atraso de nossa economia agrícola, eram algumas das razões que tornavam o socialismo irrealizável, naqueles anos. Segundo Caio Prado, a implantação do socialismo:

"(...) é desde logo irrealizável no Brasil por faltarem, se outros motivos houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para transformação daquele vulto e alcance." (1966, p. 250)

Sendo assim, a partir da análise histórica Caio Prado constatou que a Revolução Brasileira deveria se dar pelo fortalecimento político e econômico do trabalhador rural brasileiro, o qual juntamente com os trabalhadores urbanos seriam os atores principais na condução do processo revolucionário. Segundo Caio Prado, era fundamental criar as condições necessárias à ação dos trabalhadores na luta por seus direitos.

"(...) a liberdade de movimentos para as reivindicações e lutas trabalhistas, a extensão e o aprofundamento das franquias e dos direitos democráticos a fim de que a voz dos trabalhadores se possa fazer ouvir e efetivamente se ouça cada vez mais. Na medida em que isso ocorrer, e as oportunidades assim criadas se aproveitem adequadamente, a revolução, ou antes, por enquanto, a pré revolução e fase preparatória das grandes transformações econômicas e sociais que estão por vir, marchará inexoravelmente (...)" (1966, p. 276 -277)

O fortalecimento político e econômico do trabalhador rural seria passo essencial para alcançar o equilíbrio nas relações entre capital e trabalho, bem como a modernização da

produção agrícola. Além disso, a melhora das condições de vida do trabalhador rural se estenderia a todo o proletariado do país, que elevaria sua capacidade de consumo, consubstanciando uma sólida conjuntura mercantil. Juntamente, haveria o fortalecimento do mercado interno, já que as forças produtivas teriam que se voltar ao abastecimento das necessidades da população local, ou seja, esse mercado seria eleito como objetivo central da produção nacional. Dessa forma se delineariam os requisitos para constituição da Nação. Como afirma Caio Prado:

“O crescimento quantitativo e qualitativo da população, e sua integração num todo social orgânico, corresponde à ampliação e diversificação das necessidades econômicas, e, pois, à formação e desenvolvimento de um mercado interno que se irá emparelhar e tende mesmo a superar o externo, (...). O que determinará novos estímulos e diferente orientação; e, em conseqüência, a modificação gradual das atividades produtivas. O recente processo de industrialização a cuja eclosão, podemos dizer, ainda assistimos nos dias de hoje, corresponde em última análise àquelas circunstâncias. Em suma, a estrutura da produção e, pois, a economia em geral se transformam a fim de fazerem face às novas solicitações e estímulos proporcionados por uma grande coletividade socialmente integrada e nacionalmente organizada. Ou antes, em marcha para essa integração e organização” (1966:117)

Portanto, a estratégia de resolução da questão agrária proposta se inseria no objetivo maior da Revolução Brasileira que consistia em proporcionar o progresso e o desenvolvimento histórico através de transformações estruturais da sociedade e das relações econômicas, fundamentando um novo equilíbrio entre as classes sociais. Essas transformações levariam à destruição do capitalismo e ao surgimento do socialismo,

contudo, esse não era um acontecimento com data marcada para ocorrer, mas sim, seria produto do desenrolar dos fatos do processo revolucionário brasileiro.⁴⁷

2. A questão agrária em Ignácio Rangel

2.1 Introdução.

Nosso objetivo consiste em verificar de que maneira Ignácio Rangel entende a questão agrária, a partir de sua análise sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, realizada entre o fim da década de 50 e início dos anos 60.⁴⁸

Partimos da premissa que Ignácio Rangel define a questão agrária a partir das suas funções no processo de acumulação de capital. Com o intuito de elucidar tal afirmação, iniciaremos descrevendo as relações entre campo e indústria no processo de modernização capitalista. Em seguida, discutiremos a crise agrária, a qual estava na base das dificuldades econômicas e sociais da industrialização e simultaneamente apresentaremos o programa de reformas, através do qual acreditamos poder vislumbrar o papel que deveria assumir a problemática agrária no desenvolvimento

⁴⁷ "(...) como marxistas, e considerando por conseguinte a revolução brasileira dentro do contexto geral do mundo contemporâneo, estamos seguros de que iremos afinal desembocar no socialismo, (...) Mas isso por força não de uma previsão que seria antes adivinhação, nem tampouco uma pressuposta fatalidade histórica, de um destino que tenderia necessariamente a se realizar, mas em consequência tão somente do desenrolar dos fatos que, a partir do momento atual (que se trata agora de interpretar), se irão sucedendo uns em seguimento e em consequências dos imediatamente anteriores." (1966, p. 15)

⁴⁸ Dois textos se revelaram mais elucidativos para responder nossas questões, os quais são: *A questão agrária brasileira* de 1961, no qual ele aponta os resultados dos trabalhos desenvolvidos no grupo de trabalho criado pela Presidência da República para analisar e propor soluções para o problema agrário brasileiro (DAVIDOFF: 1980). O segundo texto, o qual foi de fundamental importância para o nosso trabalho, é *A inflação brasileira* de início de 1963, nesse livro o autor analisa a crise econômica enfrentada pelo país no início dos 60.

nacional, tendo em vista a estreita conexão entre ela e os obstáculos enfrentados pelo sistema econômico como um todo.

2.2 As relações entre campo e indústria numa economia em processo de modernização capitalista

A questão agrária, definida a partir das necessidades do processo industrialização, derivava dos distúrbios verificados nas relações que deveriam ser estabelecidas entre campo e indústria. Nosso autor defendia que o setor agrícola deveria cumprir duas funções:

- "a) "suprir, na quantidade e nas especificações necessárias, os bens agrícolas de que carece o sistema, consideradas as necessidades do seu comércio exterior;
- b) liberar, reter ou mesmo reabsorver mão de obra, conforme as circunstâncias, de acordo com as necessidades das próprias atividades agrícolas e as dos demais setores do sistema econômico" (RANGEL, 2000, p. 67).

A industrialização impôs novas exigências ao campo. De acordo com o item "a", a produção agrícola teria que se especializar com o fim de se tornar capaz de suprir, com alimentos e matérias primas, as necessidades do desenvolvimento das forças produtivas. Para tanto, deveriam ocorrer grandes modificações na antiga organização rural, a qual comportava um importante segmento de economia natural, entendida no sentido de que não estava sujeita à divisão social do trabalho e às trocas mercantis (DAVIDOFF, 1980). As transformações se dirigiam à eliminação gradual das atividades secundárias e terciárias realizadas pelo homem do campo. Entre essas atividades estavam, por exemplo, as de transformação, responsáveis por tornar próprios ao consumo os

gêneros ali produzidos, as de transporte e construção de casas. Segundo Rangel, "O desenvolvimento retira paulatinamente ao complexo rural assim constituído as atividades secundárias e terciárias, tendendo, pois a reduzir a agricultura a uma atividade exclusivamente primária, (...)" (2000, p. 69).

O segundo item refere-se à função do setor agrícola de funcionar como um mecanismo regulador do mercado de trabalho, absorvendo ou retendo mão de obra de acordo com as necessidades do sistema econômico. Mas as circunstâncias em que ocorreu o início da industrialização impediram que as relações entre campo e indústria funcionassem harmonicamente. As relações capitalistas penetravam no campo e iam exigindo a especialização nas atividades primárias, desta forma, muitos trabalhadores tornavam-se inativos e migravam para os centros urbanos. Esse excedente de mão de obra desequilibrava o mercado de trabalho nos centros urbanos. Assim afirma Rangel:

"(...) a crise agrária, nas nossas condições, significa que a produtividade do trabalho na agricultura desenvolve-se em ritmo superior ao necessário, com o duplo resultado de aparecimento de excedentes agrícolas e demográficos, sendo que estes últimos pelo êxodo rural, são convertidos em desemprego urbano" (1963, p. 28).

Apresentavam-se, portanto, dois problemas relacionados à crise agrária, sendo o primeiro correspondente à superpopulação de trabalhadores que migravam para as cidades, e o segundo era a superprodução agrícola, advinda da especialização nas atividades agrícolas, que, por sua vez, acarretava o aumento da produtividade. O excesso da oferta de gêneros agrícolas determinava graves problemas no comércio

internacional, em razão da queda no preço desses bens. Rangel denominava esses dois problemas de propriamente agrários:

"Os problemas próprios ou propriamente agrários da presente crise agrária brasileira são as anomalias concomitantes, verso e reverso da mesma medalha, da superprodução agrícola e da superpopulação rural, desdobrando-se, a primeira, nos constantes problemas do comércio exterior e a segunda, em desemprego urbano" (2000, p. 73).

Ao lado dos problemas propriamente agrários havia os impropriamente agrários, caracterizados pela escassez de certos bens agrícolas e escassez sazonal de mão de obra nas atividades agrícolas organizadas como a monocultura. A escassez de alguns gêneros agrícolas derivava do seu sistema de comercialização, que era realizado por alguns grupos organizados em monopólios e monopsônios, ou seja, eles controlavam a compra e a venda desses bens. Dessa forma, podiam manipular arbitrariamente a produção de certos produtos do campo. De acordo com Rangel:

"É como monopsonistas-monopolistas que esses grupos gozam do poder de estimular ou desestimular, de acordo com suas conveniências, a produção agrícola. Ora, o desestímulo à produção - preços baixos e erráticos, recusa pura e simples de aquisição da safra, etc. - limita a oferta, deixando a produção agrícola com capacidade ociosa e, ao mesmo tempo habilitando o olipsônio-oligopólio a forçar o consumidor a aceitar os seus preços. O oligopólio de gêneros agrícolas, portanto, converteu-se em causa simultânea de escassez e de carestia" (2000, p. 100).

O segundo problema impróprio correspondia à escassez sazonal de mão de obra, advinda do êxodo rural. As formas

mais desenvolvidas de produção agrícola possuíam uma enorme variabilidade na quantidade de mão de obra demandada durante o ano. Como afirma Rangel:

"A monocultura agrícola e a pecuária, na medida em que, neste último caso, essa atividade passa a estágios superiores, tendendo a converter-se em exploração intensiva, caracteriza-se por uma demanda altamente flutuante de mão de obra, segundo a estação do ano" (RANGEL, 2000, p.103).

A expulsão de enormes contingentes do campo acarretava a ausência desses trabalhadores nos períodos de maior necessidade.

O alto preço da terra era outro aspecto da crise agrária responsável por agravar a situação no campo. O aumento do valor da terra se devia principalmente à procura especulativa por essas propriedades, as quais eram ótimas alternativas contra a corrosão do valor da moeda, em tempos de inflação em elevação. De acordo com Rangel, as propriedades fundiárias tornam-se:

"(...) meio de defesa da poupança contra a erosão inflacionária e como fonte de uma renda que não depende de sua utilização agropecuária ou residencial, visto como se apresenta sob uma forma aparentada da taxa de juros, como taxa de valorização da terra. A simples retenção da propriedade fundiária surge, assim, como uma forma de investimento, acessível tanto a agricultores, como a não agricultores, e que se aplica tanto à terra utilizada como à terra excedente" (2000, p. 112).

2.3. A crise agrária na base das dificuldades econômicas e sociais e o programa de reformas de Rangel

Os problemas acima citados estavam na base das dificuldades do processo de industrialização. Em primeiro lugar, vejamos as conseqüências da superpopulação. Esse contingente derivava da especialização agrícola, a qual resultava da penetração das relações capitalistas no campo e a concomitante destruição da organização arcaica que lá vigorava. As transformações na agricultura ocorreram dessa maneira porque a industrialização pôde ser iniciada sem alteração da estrutura agrária. Na base da não realização da reforma agrária estava o pacto de poder estabelecido na revolução de 1930 entre o latifúndio e o capital industrial, de acordo com Davidoff, estudioso sobre o nosso autor:

“Rangel entende que a estrutura básica de poder que se estabelece na Revolução de 1930 tem no latifúndio sua classe hegemônica. Isto significa que a industrialização brasileira foi, desde o primeiro momento, presidida pelo latifúndio que, na defesa de seus interesses, abriu espaço para o desenvolvimento do capital industrial. E abriu tal espaço pois o capital, por um lado, criava um mercado interno para os produtos agrícolas funcionando como substituto do mercado externo enquanto que, por outro, passava a produzir internamente vários produtos requeridos pelo setor agrícola. Essa complementação de interesses, do ponto de vista do latifúndio, consolidava o pacto que tinha no capital industrial seu ‘sócio menor’” (1980, p. 95).

Esse pacto foi consolidado, nos anos 30, sob uma conjuntura internacional favorável à industrialização brasileira, visto que houve um bloqueio à importação de

certos bens, os quais começaram a serem produzidos internamente. Segundo nosso autor:

"A chave de todo o problema estava no fato de que, como efeito da conjuntura internacional, que fez declinar brutalmente a demanda externa de nossos produtos de exportação e, com ela, a capacidade para importar do país, independentemente da elevação do nível do consumo, e até mesmo nas condições de certo declínio no consumo interno, a oferta de numerosos bens e serviços - precisamente àqueles que eram supridos pela importação - revelou-se insuficiente" (RANGEL, 1963, p. 31).

Sendo assim, a indústria veio suprir uma demanda pré-existente, por essa razão não foi necessária a realização prévia de uma reforma agrária para a constituição do mercado interno. Num primeiro momento, a ausência de tal reforma foi positiva uma vez que elevava a taxa de exploração do sistema. Adicionalmente, conforme Rangel:

"(...) a elevada taxa de exploração, condicionadora de uma baixa propensão a consumir, era, nessas condições, penhor de segurança de que as insuficiências específicas induzidas pela crise do comércio exterior podiam ser sanadas em breve prazo, porque ia possibilitar investimentos relativamente vultosos" (1963: 31).

Porém, com a maturação dos investimentos e o suprimento da demanda, manifestavam-se tendências recessivas, decorrentes do descompasso entre o crescimento da demanda corrente e o ritmo de acumulação, o qual se tornava maior. A análise de Rangel sobre a dinâmica da acumulação no Brasil descreve que nesse momento recessivo intensificavam-se as crises políticas e sociais. Para erradicar a crise econômica,

o Estado intervinha criando novos campos de investimento, os quais, agindo sobre a demanda de mão de obra, controlavam as pressões sociais, dado que:

"(...) um aumento do investimento é fonte de uma procura suplementar de mão de obra, fazendo assim aumentar o volume absoluto do capital variável, ainda que a taxa de exploração permaneça constante, (...)" (RANGEL, 1963, p. 2).

A recuperação da economia era temporária, porque, apesar da criação de novos campos de investimento e por conseqüência a conservação ou até elevação do ritmo de acumulação, a taxa de exploração permaneceria constante. Rangel estabelecia uma relação estreita entre a taxa de exploração e a propensão a consumir, como variáveis inversamente proporcionais. Destarte, a elevada taxa de exploração, decorrente da superpopulação rural, respondia pelo baixo consumo dos trabalhadores, que determinava as constantes crises de realização enfrentadas pelo sistema econômico. Nas palavras do autor:

"O capitalismo brasileiro recruta a sua mão de obra num mercado convulsionado por todas essas manifestações da crise agrária, isto é, do processo de desagregação da velha estrutura agrária (feudal) e de sua conversão na nova estrutura agrária (capitalista). (...) Em síntese, o capitalismo brasileiro se desenvolve nas condições de um exército industrial de reserva exorbitante, cujo efeito é elevar a taxa de exploração do sistema" (1963, p. 28).

A superpopulação rural era um dos problemas propriamente agrários, ou seja, resolvê-los implicaria em abordar diretamente a mudança da estrutura agrária. No entanto

tratava-se, na opinião de Rangel, de uma possibilidade com escassa probabilidade. Visto que as principais forças da sociedade, a saber: o patronato da indústria substituidora de importações, a grande monocultura exportadora e as massas urbanas tinham outros interesses imediatos, os quais eram, respectivamente: a preservação do mercado nacional para os seus produtos, a conquista de novos mercados no exterior e a luta pelo trabalho.

Desse modo, a medida para intervir no mercado de trabalho dirigia-se ao problema da escassez sazonal de mão de obra, considerado por Rangel imprópriamente agrário. Deveriam ser criadas, fora das terras da fazenda privada, mas próximas a elas, pequenas propriedades para o assalariado agrícola, a começar pelos trabalhadores temporários, com o intuito de assegurar emprego produtivo, mesmo que pouco produtivo, para o tempo livre desses trabalhadores e para os membros de sua família. Tal medida fixaria a população rural na terra, evitando que nos períodos de maior demanda de mão de obra eles estivessem ausentes e impedindo um maior fluxo para os centros urbanos.

O segundo problema que estava na base das dificuldades do sistema econômico correspondia à escassez de certos bens agrícolas, derivada da forma pela qual era realizada a comercialização de tais produtos. De acordo com Rangel, esse era um dos setores, de onde surgiam os impulsos inflacionários, responsáveis pelas altas constantes de preços⁴⁹. Os alimentos são os gêneros de primeira necessidade

⁴⁹ Os impulsos inflacionários originam-se dos setores que produzem bens inelásticos à variação dos preços e que, além disso, possuem poder de monopólio. No Brasil são encontradas formações monopolísticas em três setores, o já citado, comércio dos bens agrícolas, os dos serviços públicos concedidos e na grande indústria. Rangel afirma que nessas indústrias: "(...) dependendo do maior ou menor grau de cartelização e da maior ou menor elasticidade-preço da procura dos seus produtos, são fulcros permanentes de elevação autônoma dos preços - isto é, da elevação

para os trabalhadores, desse modo, possuem demanda inelástica ao preço, ou seja, apesar dos aumentos nos preços a demanda por tais bens permanece constante. Concomitantemente, cai a demanda de outros bens de consumo dos trabalhadores. Nas indústrias, fabricantes de bens para classe trabalhadora, os estoques são elevados o que determina o rompimento do seu equilíbrio econômico-financeiro. O acúmulo de estoques e a decorrente falta de recursos financeiros levam essas empresas a recorrerem ao sistema bancário, o qual, por sua vez, apela ao poder emissor.

"A retenção de estoques, no plano da empresa, implica numa série de modificações de sua equação econômico-financeira. Com efeito, cresce o realizável da firma, à custa do seu disponível, isto é, da caixa e dos depósitos bancários. A empresa reage, recorrendo ao sistema bancário, para restabelecer o seu disponível, e o banqueiro não vê nenhuma razão para recusar-se a socorrer a firma, tanto mais quanto seu realizável, inflado pelos estoques adicionais, responde, na análise contábil corrente, por um elevado índice de solvabilidade.

Isso, não obstante, vai afetar negativamente o equilíbrio do caixa do sistema bancário, movimento esse que, direta ou indiretamente, se vai exprimir como problema de caixa do Banco do Brasil. É para socorrer a caixa do banco que o governo emite, o que quer dizer que a inflação não se gera no nível do orçamento da União, uma vez que tem origem no bojo da economia, por efeito de movimentos autônomos da empresa privada" (1963, p. 9).

Com o propósito de bloquear a causa geradora da inflação, ou seja, o problema de escassez e carestia de

dos preços específicos, não induzida pela expansão relativa prévia do potencial monetário da economia." (1963, p.100)

certos bens agrícolas, Rangel propunha o fortalecimento da posição do agricultor frente aos grupos que controlavam o comércio de bens agrícolas, organizados em oligopólios-olipsônios. As medidas sugeridas eram as seguintes: aplicação de uma política de preços mínimos para a produção desses agricultores, organização sistemática do crédito agrícola e criação de infra-estrutura, a começar pela rede de silos e armazéns, que já era bastante desenvolvida. Tais medidas teriam o fim último de fortalecer o produtor contra o intermediário, e de desobstruir os canais de comercialização dos produtos, afastando a causa principal das anomalias da estrutura da oferta agrícola.

Percebe-se na análise de Rangel sobre a questão agrária um constante contraponto com a crise econômica que assolava o país, como é o caso, do tratamento dado à questão de terras. Tal problemática de cunho agrário ganhou nova faceta na interpretação de Rangel, convertendo-se em uma questão financeira. Nosso autor não negava que houvesse uma estrutura agrária altamente concentrada, todavia, considerava, economicamente inviável distribuí-la através de uma reforma agrária, dado o altíssimo preço da terra. Nosso autor propunha medidas estratégicas, através da intervenção na oferta e na procura fundiária, para diminuir o preço desse bem.

"O problema do acesso a terra pode ser equacionado, desde já, no Brasil, como questão de preço da terra, dado o volume já alcançado de alienações do título de domínio fundiário pela via da compra e venda. Não é, portanto, um problema jurídico, mas um problema econômico. Trata-se de conhecer a estrutura do mercado fundiário e de agir sobre as forças que governam o preço, isto é, sobre a oferta e a procura de terra, e

sobre as instituições que enquadram o mecanismo de formação de preços” (2000, p.116).

A criação de um mercado mobiliário de títulos públicos e privados era uma das medidas sugeridas, pois, ele evitaria a existência de demanda especulativa de terras por ser uma alternativa para os investidores. O desenvolvimento do mercado de valores contribuiria para atacar dois problemas conjuntamente: em primeiro lugar, tendo em vista o processo de industrialização, os capitais teriam maior possibilidade de penetrar em setores industriais necessitados de recursos, ao invés de permanecerem improdutivos no campo e em segundo lugar, a diminuição pela demanda por terras faria o seu preço baixar viabilizando a compra de parte dessas terras pelo Estado a fim de distribuí-las.

Além disso, Rangel sugeria também que o Estado interviesse no mercado como supridor de terras, especialmente nas frentes pioneiras, com o intuito de fortalecer a oferta. Essa seria mais uma medida para disciplinar o preço desse fator, evitando altas especulativas e induzindo o detentor privado de terra excedente a utilizar ou dispor de parte desse excedente.

2.4 Observações Finais.

Procuramos demonstrar como Ignácio Rangel inseriu a questão agrária na sua análise do desenvolvimento econômico brasileiro. Nosso autor atribuía ampla conexão entre os problemas do campo e as mazelas que atingiam a acumulação de capital, afirmando que “A questão agrária está na raiz de toda a problemática central de nosso problema de industrialização” (1980, p. 139). Pudemos verificar que o papel da resolução de nossa questão agrária seria amainar as

dificuldades do processo de modernização capitalista. A sua estratégia para resolver essa questão determinaria uma melhor distribuição da renda e conseqüentemente elevaria a capacidade de consumo, cuja escassez determinava as crises de realização que assolavam o sistema e gerava enorme capacidade ociosa.

No entanto, o programa agrário de Rangel distava bastante de mudanças na essência da estrutura fundiária, sua estratégia fundar-se-ia na impossibilidade política e econômica de uma reforma radical no campo. O plano estabelecia a movimentação da estrutura agrária através de suas relações externas, intervindo no mercado de terras, de trabalho e de bens agrícolas.

3. A questão agrária em Celso Furtado

A emergência da questão agrária, na análise sobre a economia brasileira em Celso Furtado, está correlacionada com o pré-requisito básico ao desenvolvimento econômico do país, que era a industrialização. Nesse processo a problemática agrária se manifestava tanto através da oferta de bens requeridos pelo avanço da urbanização e pelo crescimento industrial, como também pelas precárias condições de vida da população rural, que refletiam em todo sistema econômico, pois, a pobreza no campo determinava baixos salários nos centros urbanos e, por conseguinte, uma demanda industrial pouco dinâmica.

A oferta de bens agrícola era suprida através do crescimento extensivo da produção, tal prática era denominada pelo nosso autor de agricultura itinerante. Essa forma de exploração prevalecia porque constituía a maneira mais econômica de produzir dentro daquela estrutura agrária. Os principais fatores de produção eram a terra e a mão de obra,

a primeira se encontrava concentrada nas mãos de poucos grandes proprietários, o que garantia que a massa rural não tivesse alternativa, senão ceder sua força de trabalho aos empreendimentos agrícolas. De acordo com Furtado: "(...) se a propriedade está concentrada, a massa rural estará constituída basicamente de trabalhadores dependentes de emprego em terras das empresas agro-mercantis" (1982b, p. 106). Sendo assim, a estrutura produtiva no campo submetia os trabalhadores rurais às formas mais precárias de sobrevivência, além de constituir uma prática de exploração predatória dos recursos naturais. Pois, dado o estado rudimentar das técnicas de produção, a empresa rural precisava, constantemente, avançar a fronteira agrícola devido ao enorme desgaste dos solos, que impedia a sua reutilização. Importante ressaltar que a agricultura itinerante estava em condições de responder com prontidão ao aumento da demanda de produtos agrícolas criada o exterior e nas zonas urbanas.

A concentração fundiária determinava o péssimo padrão de vida da massa rural, o qual por sua vez, repercutia tanto na própria oferta de produtos agrícolas, quanto na situação da população trabalhadora como um todo. A pobreza rural constituía-se num desestímulo a qualquer inversão em melhoramentos técnicos de cultivo, perpetuando o atraso tecnológico da produção agrícola. De acordo com Furtado:

"Em face dessa abundância de recursos, a extrema concentração da propriedade da terra permite à empresa agro-mercantil impor à população rural salários ínfimos; por outro lado, o baixo custo da mão de obra transforma-se em barreira à penetração do progresso técnico, (...)" (1982b, p.119).

Além das repercussões negativas na organização produtiva rural, o baixo padrão de existência no campo deprimia os salários nas cidades. Em decorrência, nossa indústria não conseguia realizar o que Furtado denomina de "anel feedback", o qual derivava dos automatismos internos do sistema econômico, que lhe garantiam o funcionamento e a expansão. De acordo com esse anel, a uma expansão da produção correspondia uma elevação nos custos da indústria, que por sua vez determinava o crescimento da massa salarial, acarretando o aumento da demanda por bens finais, o que, por fim, ocasionava uma nova expansão da produção. Num país subdesenvolvido, tal ordenação de eventos econômicos não ocorre, sendo assim:

"No caso brasileiro, a forma como se reproduz a mão de obra no setor agrário e seus reflexos no custo do trabalho não especializado urbano, faz que o fluxo de salários gerado na própria indústria seja insuficiente para que se forme o referido anel" (FURTADO, 1982b, p.XI)

Sendo assim, o papel da questão agrária, para Furtado, vinculava-se tanto à elevação dos padrões de vida no campo e na cidade, quanto ao avanço tecnológico da organização produtiva rural. Para tanto, seria necessária a racionalização da estrutura agrária. Nosso autor indica as pré-condições para que uma reestruturação do setor rural obtenha sucesso, sendo fundamental que o sistema econômico esteja em expansão, em suas palavras:

"Não se deve esquecer, entretanto, que, se o aumento de produtividade é acompanhado de uma redistribuição da renda agrícola em benefício da massa rural, o consumo adicional desta absorverá parte significativa do aumento da produção. Contudo, nunca se insistirá demais

sobre o fato de que a reconstrução do setor agrícola só é viável se o setor urbano estiver em rápida expansão. No Brasil essa expansão deveria ser acompanhada de um aumento relativo da massa salarial dos grupos de baixas rendas. Por último, caberia considerar a possibilidade de exportações subsidiadas de certos produtos, a fim de regularizar o escoamento das safras e evitar a deterioração ocasional dos preços relativos do setor agrícola" (1982b, p. 121).

A expansão, a que nosso autor se refere, corresponde ao crescimento industrial integrado de todas as regiões do país. Contudo, nos anos em que se concentra nossa pesquisa, ou seja, nas décadas 50 e início da 60, o atraso da região nordeste em relação ao sudeste do país despontava como obstáculo ao desenvolvimento nacional. A problemática regional nos interessa, nesse estudo, devido a sua inteira vinculação com a questão agrária no Nordeste.

3.1 A questão agrária no desenvolvimento nordestino.

Em meados dos anos 50 a problemática nordestina emergia, deflagrada pelo acirramento da disparidade entre essa região e o sudeste, o qual estava em industrialização acelerada⁵⁰. O atraso nordestino representava, na visão de Furtado, um grave obstáculo para a formação da nação, em suas palavras:

⁵⁰ Além das disparidades regionais outros fatos contribuíram para a repercussão nacional da problemática nordestina. A seca e a fome não eram fatos novos na realidade nordestina, porém, diversos fatores contribuíram para que a calamidade social dessa região estivesse presente nos noticiários dos principais jornais do país. Em 1958 uma grave seca assolou o nordeste, simultaneamente ao acirramento do movimento das ligas camponesas, que ganhava força em Pernambuco e outros estados próximos. Nas eleições do mesmo ano, Bahia e Pernambuco elegeram governadores da oposição que denunciavam a má utilização do dinheiro público. Todos esses fatos exigiram que as atenções do governo se voltassem para a região Nordeste. (FURTADO, 1989)

"O desenvolvimento econômico, no mundo todo, tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração. E dentro de um país de dimensões continentais como o Brasil, de desenvolvimento espontâneo, entregue ao acaso, os imperativos desta lei tendem a criar problemas capazes de acarretar tropeços à própria formação da nacionalidade" (1959, p. 10).

Um estudo aprofundado sobre a região realizado por nosso autor, no fim da década de 50, demonstrava as principais razões das desigualdades regionais no Brasil⁵¹. Primeiramente foram abordadas as disparidades regionais de renda, já que o Nordeste teria se transformado na mais vasta zona de miséria do hemisfério ocidental. Além disso, os ritmos de crescimento do Nordeste e do Sudeste distavam muito, e eram consideravelmente desfavoráveis para o Nordeste. Tal fato era agravado pelas ações governamentais, já que as políticas do governo federal beneficiavam somente o sudeste. Sendo assim, eram dirigidos maciços subsídios aos investimentos industriais no Sudeste, enquanto para o Nordeste o fluxo de renda proveniente do Estado era puramente assistencial não fomentando o desenvolvimento da indústria regional. A situação agravava-se ainda mais, pois, o governo assumia uma postura protecionista frente à produção dos estados mais ricos, em decorrência, a população nordestina era obrigada a comprar os bens produzidos no Sudeste, não podendo importar

⁵¹ Conhecido por ser estudioso sobre o nordeste, Furtado é convocado pelo presidente Juscelino Kubitschek, no ano de 1958, para montar um aprofundado estudo e um plano de ação para a região nordeste. Nasce dessa iniciativa um documento intitulado "Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste", no qual são apontados os principais problemas da região. Em sua autobiografia (1989), Furtado explica que apesar de ter escrito esse documento, não o assinou, pois, assim as diretrizes do desenvolvimento nordestino, contidas nesse estudo, não poderiam ser impugnadas no caso do autor sofrer perseguição política, exatamente o que ocorreu com o golpe militar.

de outros países que poderiam oferecer melhores preços. Desse modo, se estabelecia uma relação típica entre "centro", produtor de bens industrializados e "periferia", fornecedora de matéria prima, interna ao Brasil. A conseqüência dessa relação entre "centro" e "periferia" correspondia ao aprofundamento das diferenças de renda entre as duas áreas, afinal, ocorria a deterioração dos termos de compra, ou seja, a região nordeste perdia, progressivamente, poder de compra em relação ao sudeste.

O referido atraso do nordeste frente ao sudeste sofria as determinações da estrutura política e econômica que durante séculos dominavam a região e impediam qualquer alteração em sua organização econômica, a qual fundamentava-se no latifúndio e na monocultura. Romper com as disparidades regionais significava dotar o nordeste dos mecanismos auto-propulsores do seu desenvolvimento, nesse intento, a economia regional deveria ser estruturada sob novas bases, diferentes das prevaletentes.

3.2 A organização produtiva nas sub-regiões nordestinas.

A organização produtiva da zona da mata, do agreste e do semi-árido sintetizava a paralisia econômica e social da região. Nas áreas úmidas prevalecia o latifúndio canavieiro, ainda em fins da década de 50, a produção açucareira mantinha a mesma estrutura produtiva do século XVII, ou seja, a organização produtiva desse bem se sustentava em dois pilares, que eram a utilização de grandes extensões de terra, consubstanciando os latifúndios e a intensa exploração de mão de obra, determinando a miséria da população nordestina. O sucesso da produção dependia do mercado internacional, responsável por determinar o preço desse bem. O crescimento da demanda externa e a do Sudeste estimulavam o crescimento

da produção açucareira, ao mesmo tempo em que mantinham o subdesenvolvimento econômico e a miséria da população⁵².

Na periferia do sistema açucareiro, desenvolveu-se a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, essas atividades ocuparam primeiramente o agreste, área intermediária entre a zona da mata e o sertão, e gradativamente foram tomando o sertão. O povoamento da parte mais seca do nordeste ocorreu através dos fluxos populacionais provenientes das áreas produtoras do açúcar, quando a produção desse bem entrava em crise. Assim, a fronteira foi avançando, acompanhando o crescimento do gado, nas palavras de Furtado, "Ao invés do que aconteceu em outras regiões, onde uma depressão pronunciada da atividade agrícola exportadora principal se traduzia em emigração da população européia, no Brasil açucareiro o *hinterland* pecuário se apresentava como uma fronteira móvel a conquistar" (FURTADO, 1982b, p.96).

Além da pecuária, no semi-árido nordestino desenvolveu-se a produção de algodão, a qual determinava uma formação econômica e social específica, na qual o fazendeiro e seus prepostos eram responsáveis pela pecuária, o trabalhador, na condição de meeiro, tornou-se responsável pela produção do algodão nas terras que lhe eram cedidas, além do plantio dos alimentos para sua subsistência. A fragilidade dessa formação se configurou nos períodos de seca, determinando a piora na condição de vida dos trabalhadores. Pois, o gado, tendo em vista a abundância de terras, conseguia sobreviver, o algodão apesar de reduzir seu rendimento, resistia, mas, a produção de alimentos era totalmente sacrificada originando um fenômeno gravíssimo, o qual correspondia a simultaneidade da

⁵² No fim dos anos 50 houve o rompimento entre os EUA e Cuba, a qual deixou de ser fornecedora de açúcar para os EUA. Assim, cresceu em grande medida a demanda pelo açúcar brasileiro nesse período. (FURTADO, 1964)

seca e da fome. Nesses momentos, a ação do governo federal⁵³ se dirigia a aumentar a retenção das águas de superfície, favorecendo a pecuária, e a fornecer alimentos para a população trabalhadora. O efeito desses atos era a preservação da situação de miséria.

3.3 A estratégia de desenvolvimento para o Nordeste.

Para alcançar o desenvolvimento nordestino, nosso autor considerava primordial buscar as raízes da estagnação secular da região nas suas estruturas econômica, social e política. Furtado considerava que a amálgama dessas estruturas era dada pelo latifúndio, qualificando-o como um sistema de poder: "Com efeito, ele constitui um meio de assegurar a uma minoria uma oferta elástica de mão de obra e de impor à população um certo esquema de distribuição de renda" (1982b, p.107). O crescimento econômico e uma equânime distribuição de renda teriam como base a renovação dos quadros políticos dominantes no Nordeste, nas palavras de Furtado:

"Esse esforço se inseria em amplo processo de mudança social, todo ele orientado para recuperar o atraso político e abrir espaço a fim de que parcelas crescentes da população regional assumissem na plenitude os direitos de cidadania. Verdadeiras mudanças não poderiam vir senão da renovação dos quadros políticos, com o aumento de sua

⁵³ "Saltava aos olhos que, se o ponto débil da economia regional estava na produção de alimentos, a qual desaparecia nas estiagens mais severas, as terras beneficiadas pela açudagem pública deveriam ser utilizadas de preferência para reforçar esse setor. Mas nos anos normais a população produzia seus alimentos, o que explicava que as poucas terras irrigadas fossem dedicadas à produção de cana para fabricação de cachaça ou a outra produção qualquer destinada a mercados de maior poder aquisitivo. Em síntese, a ação do governo, sob controle da classe latifundiária, reforçava as estruturas existentes e agravava os efeitos sociais da seca." (FURTADO, 1989:39)

representatividade e a rejeição, para um desvã da história, das velhas oligarquias" (1989, p.11).

O crescimento econômico seria garantido pela industrialização do Nordeste, nesse processo a resolução da questão agrária adquiria papel proeminente⁵⁴. A reorganização da estrutura agrária nordestina constituía peça fundamental na conciliação das estratégias presentes no plano de ação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste)⁵⁵. As diretrizes básicas do plano de ação eram: aumentar a produção agropecuária com o fito de atender as necessidades da industrialização, garantir o fluxo de mão de obra do semi-árido para as cidades, suprimindo a demanda gerada pela industrialização, e para novas áreas de colonização no Maranhão.

À elevação da produção agropecuária, o principal obstáculo seria a organização produtiva da zona da mata, onde o total das terras úmidas era utilizado, pelos latifundiários, na cultura da cana. Para romper com esse entrave, deveria haver a capitalização da produção açucareira, assim parte dessas terras poderia ser direcionada à agricultura moderna produtora de alimentos. No semi-árido, onde a densidade demográfica era muito grande e a carga humana sobre os recursos era excessiva, dever-se-ia dirigir o excesso de população a outras áreas, particularmente para a hinterlândia maranhense e, paralelamente, criar uma agricultura adaptada à realidade geográfica da caatinga.

No modelo de desenvolvimento previsto por Furtado, para o Nordeste, a industrialização constituía o fim último, mas,

⁵⁴ "Na logística do desenvolvimento nordestino o problema agrário ocupa a posição central. Se não for possível dotar a região de uma agricultura moderna, também pouco será possível desenvolvê-la" (FURTADO, 1962, p.53),

⁵⁵ Tal órgão foi criado durante o governo Kubitschek para responder aos problemas econômicos e sociais, que emergiam com força em seu governo.

a sua concretização exigia a resolução da questão agrária, o que demonstrava o alto conteúdo transformador dessa estratégia. Fatalmente, ocorreria o confronto com os grandes proprietários de terra, os quais conservavam seu poder local tanto a partir da considerável força que possuíam no congresso nacional, quanto através da manutenção da organização econômica inteiramente inadequada às características geográficas regionais e às necessidades da população. Sendo assim, os principais entraves ao desenvolvimento nordestino correspondiam às estruturas políticas, econômicas, sociais e ecológicas que se entrelaçavam formando o duro cimento que alicerçava o subdesenvolvimento do Nordeste (FURTADO, 1989).

3.4 Observações Finais.

Concluimos que a preocupação central de Furtado correspondia à formação da nação, sinônimo de país desenvolvido, soberano e com justa distribuição de renda. Tendo em vista essa concepção, indagamos qual o papel da questão agrária na constituição da nacionalidade. Verificamos que a questão agrária adquiria fundamental importância no processo de desenvolvimento, pois, ela estava na base dos problemas relativos ao mundo do trabalho, assim como adquiria relevo nos entraves ao suprimento da demanda por alimentos e matéria-prima. Somente um mercado de trabalho dotado de equilíbrio entre a oferta e demanda de mão de obra seria capaz de garantir uma crescente melhora nos padrões de vida dos trabalhadores, bem como, constituir-se num estímulo

constante ao progresso tecnológico⁵⁶. A condição para alcançar esse equilíbrio esbarrava em nossa estrutura agrária, responsável pela miséria da massa rural, a qual constituía uma exorbitante oferta de braços para a indústria, que por sua vez coibia o poder de barganha desses trabalhadores.

Sendo assim, nos anos 50 e 60 as atenções de Furtado voltavam-se para a região Nordeste, onde a paralisia econômica associada ao poder das velhas oligarquias agrárias determinava a calamidade social que emergia como sério obstáculo à formação da nação.

4. A questão agrária na interpretação dos autores pecebistas.

4.1 Introdução.

Alberto Passos Guimarães foi a principal referência intelectual do Partido Comunista Brasileiro para tratar do problema agrário no país. Utilizaremos como complemento às explicações do autor, no intuito de fortalecer a argumentação, o trabalho de Néelson Werneck Sodré, outro intelectual muito importante do Partido Comunista Brasileiro. Werneck Sodré juntamente com Passos Guimarães e outros estudiosos constituíam o pólo oposto ao que se situava Caio Prado Jr., em relação à interpretação histórica do Brasil, responsável por determinar a postura política desses autores em relação à questão agrária⁵⁷.

⁵⁶ Assim afirma Furtado: "(...) é a atuação das classes trabalhadoras, no sentido de aumentar sua participação no produto, que cria as condições para o avanço da tecnologia." (1964, p.64)

⁵⁷ Maiores esclarecimentos quanto as linhas de teorização sobre o mundo rural se encontram em *Feudalidade e prussianismo no pensamento agrário do PCB*, de autoria de Raimundo Santos, esse texto está incluído na coletânea *Questão agrária e política*, organizado pelo mesmo autor.

4.2 A questão agrária.

Na visão de Passos Guimarães, a formação da colônia portuguesa na América se deu sobre bases feudais, uma vez que: "as metrópoles exportam para as colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurem a perpetuação de seu domínio". (GUIMARÃES, 1968, p. 22). De acordo com essa perspectiva, os colonizadores implantaram na colônia processos econômicos mais atrasados dos que os que vigoravam em seu país de origem. Acresce a essa idéia a decadência, na metrópole, da classe dos fidalgos. Portugal à época dos descobrimentos ainda não era um país capitalista, no entanto, já possuía um grupo mercantil forte, o que denotava a passagem da economia natural para uma economia mercantil⁵⁸. Em consequência dessa transformação a fidalguia perdia seus poderes e tentaria restabelecê-los na colônia, como afirma Passos Guimarães⁵⁹:

"Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Novo Mundo, os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal." (1968, p.24)

Sendo assim, na visão do autor, o modo de produção colonial se fundamentou no monopólio da terra, principal meio de produção, o que indicava um estágio inferior da produção agrícola, peculiar à condição histórica pré-capitalista. Como não havia servos da gleba foi utilizado o escravo,

⁵⁸ Passos Guimarães embora afirme a existência do caráter comercial da produção, salienta que essa é uma característica do mercantilismo e não do capitalismo.

⁵⁹ Cabe destacar que a fidalguia teve que se unir ao grupo mercantil para efetuar a colonização, no entanto, manteve-se no domínio: "(...) a empresa colonial teve de realizar-se mediante a associação de fidalgos sem fortuna e plebeus enriquecidos pela mercancia e pela usura, mas sob uma condição: o predomínio dos "homens de qualidades" sobre os "homens de posses"." (1968, p. 24)

constituindo, assim, um modelo feudal-escravista. Guimarães vale-se da economia açucareira para explicar tais idéias:

"Essa unidade produtora - o engenho - foi a célula da sociedade colonial, tornando-se, por muito tempo, a base econômica e social da vida brasileira. Era, como a sociedade que dele nascera, medularmente feudal. E se se quer dar uma designação mais precisa, tendo em conta os aspectos fundamentais de seu modo de produção, como feudal-escravista é que se deve definir tanto o engenho, como todo período colonial da sociedade brasileira" (1968, p. 64)

A interpretação de Passos Guimarães sobre a colônia, bem como sua postura enfática quanto à existência de feudalismo nos tempos da colonização, constituem elementos essenciais para compreender sua concepção sobre a questão agrária.⁶⁰ Segundo o autor, tal questão se vinculava com os restos do modo de produção que vigoravam na colônia, de modo que, após a abolição da escravatura, foram preservadas as características feudais e coloniais do sistema latifundiário brasileiro.

O sistema latifundiário denotava um duplo monopólio, tanto o da terra, quanto o da renda agrária. O monopólio da propriedade constituía uma garantia da conservação das relações extra-econômicas, caracterizadas pelo poder que possuíam os latifundiários, sobre a massa rural, que ultrapassava os limites econômicos e impedia que o trabalhador gozasse de plena liberdade de vender sua força de trabalho. Essas formas de trabalho, com forte vínculo extra-econômico de subordinação entre o trabalhador e o dono da

⁶⁰ O autor justifica seu interesse em entender o regime econômico colonial a seguir: "Deter-se nessa controvérsia em busca de um ponto de vista firmado sobre a classificação do regime econômico colonial pode parecer, aos menos avisados, uma inútil perda de tempo e um esforço desnecessário. Entretanto, não se trata de um debate meramente acadêmico e desligado de qualquer sentido prático. Nele estão envolvidas questões de enorme significação para o desenvolvimento econômico e social de nosso país, bem como interesses políticos da máxima relevância, (...)" (1968, p. 33)

terra, constituíam formas pré-capitalistas de renda, as quais podiam ser: a renda trabalho, que obrigava o trabalhador à prestação pessoal de trabalho gratuito; ou a renda produto, que determinava que o trabalhador, em troca do uso da terra, desse ao proprietário da terra parte dos produtos que ele produzia. Passos Guimarães afirma que nos primeiros decênios do século XX essas modalidades de remuneração começaram a ser gradualmente substituídas, no entanto, não foram totalmente banidas, e por essa razão conformavam um dos entraves ao desenvolvimento capitalista, no que diz respeito às relações de produção:

"(...), essas substituições nem sempre foram tão completas e tão profundas a ponto de eliminar todo aquele conteúdo que continua a expressar-se, em muitas das novas relações de trabalho introduzidas, (...), através de obrigações semifeudais que retiram ao trabalhador a plena liberdade de vender sua força de trabalho. E essa liberdade é a condição imprescindível e a característica fundamental do salariado capitalista" (1968, p. 198).

Segundo Passos Guimarães o trabalho assalariado surge juntamente com a propriedade capitalista no século XX.⁶¹

⁶¹ De acordo com a classificação de Passos Guimarães, seriam três os tipos de propriedade: a camponesa, a capitalista e a latifundiária. A propriedade camponesa era caracterizada por ser explorada exclusiva ou principalmente pelo trabalho familiar e por produzir, além dos gêneros de subsistência, os destinados ao mercado, com o intuito de trocá-los por artigos que supririam outras necessidades como habitação e vestuário. Nas condições brasileiras a propriedade camponesa típica oscilava entre os limites de 20 e 50 hectares. A propriedade capitalista era marcada não só pela presença predominantemente de trabalhadores assalariados, mas também pela utilização de adubos, fertilizantes e tratores, ou seja, pelo emprego de técnicas mais modernas de cultivo. E a propriedade latifundiária era conceituada como: "as unidades agropecuárias por demais extensas para serem exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusiva ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como a propriedade do tipo capitalista" (1968, p. 224). Esses estabelecimentos possuíam mais de 500 hectares, dos quais apenas uma pequena parte era utilizada, visto que

Apesar de ter presença significativa dentre as formas de relação de trabalho, os assalariados ainda faziam parte de um grupo minoritário, o qual muitas vezes era superestimado pelo Censo.⁶²

O monopólio da renda agrária pela classe dos latifundiários era um obstáculo à acumulação de capital, impedindo o desenvolvimento capitalista. Esse monopólio garantia à classe dos latifundiários o controle sobre a política econômica do país, como podemos verificar através do fato ocorrido no início da década de 50, quando os preços internacionais do café sofreram grande pressão baixista e a reação do poder público se deu através de uma série de políticas favoráveis aos grandes latifundiários.⁶³ Entre essas

essa enorme extensão excedia em grande medida a capacidade média do capital, nas condições brasileiras.

⁶² As diferentes interpretações de Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr., quanto às relações de trabalho no campo, indicadas no censo, estão na base das principais controvérsias existentes entre esses autores. Enquanto Passos Guimarães admitia que trabalhadores como os "moradores", os "agregados" "(...)", segundo o critério marxista-leninista, são camponeses feudais, sem terra, que prestam serviços pessoais. Não se sabendo quanto eles representam no conjunto, os resultados censitários tendem a exagerar o caráter capitalista de nossa mão de obra rural, pois omitem uma parte desta que se inclui no contingente de trabalhadores sujeitos a formas pré-capitalistas de trabalho" (1996, p. 86), ou ainda sobre os meeiros e parceiros: "Também os "parceiros" do Censo não são parceiros no sentido capitalista mas sim "meeiros" semifeudais pois se trata de pessoas que não têm autonomia econômica, estão subordinadas à administração do estabelecimento, e se enquadram no conceito marxista da renda-produto."

Já o historiador Caio Prado Jr. acreditava que as relações de trabalho dos "moradores", "foreiros", "meeiros" e "parceiros" possuíam um acentuado caráter de locação de serviços. Segundo o historiador, esse tipo de trabalhador correspondia a um locador de serviços, considerado "(...) um simples empregado perfeitamente assimilável ao assalariado de que se distingue unicamente pela natureza da remuneração recebida". E mais adiante: "É aliás o salariado que constitui a relação generalizada e mais característica de trabalho na agropecuária brasileira." (PRADO JR., 1959, p.62-3).

⁶³ Passos Guimarães escreve que: "Vinda a segunda guerra mundial - mais uma catástrofe a lhe proporcionar efeitos benéficos - surgia uma nova ascensão de preços no mercado mundial dos produtos primários, que perduraria até a década de cinqüenta quando se repetiria a fase de dificuldades, a provocar novas subvenções, perdão de dívidas, auxílios diretos e indiretos, sem faltar as depreciações da moeda, as manipulações cambiais e a sucção de recursos inflacionários extorquidos da população trabalhadora e consumidora" (1968, p. 174).

políticas estavam: o perdão de dívidas, auxílios diretos e indiretos, depreciações da moeda, as manipulações cambiais e a sucção de recursos inflacionários extorquidos da população trabalhadora.

Werneck Sodré atribui enorme importância ao mecanismo inflacionário para explicar as dificuldades do desenvolvimento capitalista brasileiro⁶⁴. De acordo com esse autor, "A inflação deriva de um mecanismo comandado, a serviço do setor latifundiário" (1962, p. 366). Os meios de pagamentos gerados pela inflação não se destinavam ao setor dinâmico da economia, ou seja, aquele que estava empenhado no desenvolvimento das forças produtivas. A inflação gerava uma distribuição da renda desfavorável ao setor capitalista e ao industrial. Como se auffle dos dados relativos aos preços agrícolas e preços industriais, do período entre 1945 e 1952, fornecidos pelo autor: "enquanto no conjunto dos produtos agrícolas a alta foi de 142.7(%), assinalando o café, isoladamente, uma alta de 217.5(%), a dos produtos industriais ficou em 54.5(%). Isto significa que ocorreu um processo de apropriação da renda por setores altamente concentrados, ligados à exportação" (1962, p. 366).

Ao discutir o papel da inflação na defesa do setor exportador, Werneck Sodré explica também a utilização do câmbio para esse fim. Entre 1954 e 1958 ocorre uma grande deterioração nas relações de troca, a qual podemos verificar pela relação entre a quantidade exportada e a quantia recebida em troca. Em 1954 recebemos para 4,3 milhões de

⁶⁴ Desde os tempos que antecederam a industrialização, entre 1815 e 1914, já se utilizava o mecanismo inflacionário. A desvalorização da moeda era um meio de preservar o valor interno dos produtos de exportação, nas palavras de Sodré: "Respondiam à baixa no preço externo dos produtos de exportação com a manutenção do preço interno deles, mantendo e defendendo a renda dos grupos vinculados à exportação à custa da elevação dos preços em moeda nacional, à custa da desvalorização da moeda, da redução de seu poder econômico" (1968, p. 364). Esse mecanismo continuou a ser usado, mesmo com o surto industrial, prejudicando o desenvolvimento capitalista.

toneladas exportadas 1,6 bilhões de dólares, já em 1958 por 8,3 milhões de toneladas exportadas recebemos 1,2 bilhões de dólares. Para manter a renda dos exportadores, a taxa cambial sofreu sucessivas desvalorizações, que significaram subsídios ao setor de exportação. O reflexo dessa política, visto que as importações ficavam mais caras com a alteração no câmbio, era a elevação no custo de vida da população, sendo assim, esse autor escreve:

"O confisco inflacionário representa o problema fundamental, no quadro de escassez de capitais resultante de processo. Afirma-se, habitualmente, que o setor agrícola de exportação subvenciona a economia brasileira, quando a verdade é o inverso disso: a economia brasileira é que subvenciona o setor agrícola de exportação. A campanha contra o pretense "confisco cambial" dá colorido a falsidade. Verdadeiro é o confisco inflacionário, que atira a toda a população economicamente válida o peso da concentração da renda num setor privilegiado" (1962, p. 369).

Segundo Werneck Sodré, decorriam do direcionamento da renda em favor do setor agro-exportador tanto a descapitalização do setor industrial, que derivava da redistribuição da agricultura em detrimento da indústria, freando a capitalização e favorecendo o latifúndio; bem como a contração do mercado interno. Esse segundo problema vinculava-se ao conflito entre a grande lavoura e a pequena lavoura, determinado pelo tratamento privilegiado que era conferido à agricultura de exportação através de subsídios, crédito, transporte, armazenamento; enquanto a precária pequena lavoura permanecia abandonada pelo poder público. Ocorre que esse setor desprivilegiado da agricultura brasileira era o responsável por atender o mercado interno, o qual, por sua vez, padecia de constante escassez de produtos

e elevados preços, que ocasionavam a aceleração do processo inflacionário. Segundo Sodré:

"A redistribuição da renda em benefício da pequena lavoura voltada para o mercado interno atenuaria a descapitalização do setor industrial porque atenuaria a contração do mercado interno. Mas o que acontece é justamente o oposto" (1962, p. 366).

De acordo com Passos Guimarães, não apenas o poder do latifúndio, manifestado através da política econômica e da espoliação feudal da massa rural, mas também as relações estabelecidas entre o sistema latifundiário e o imperialismo caracterizam o quadro do qual emanava a questão agrária. A ligação com o imperialismo era conformada pela destinação da produção agrícola para o mercado externo⁶⁵. E essa dependência frente aos países consumidores dos nossos produtos primários garantia a constante pressão exercida pelos monopólios estrangeiros pelo aviltamento dos preços desses produtos. Essa pressão era amortecida, como descrevemos acima, pelas políticas econômicas favoráveis aos grandes proprietários de terra. Sendo assim, Passos Guimarães constata que os ônus provenientes da exploração realizada pelos monopólios internacionais não recaiam sobre a classe dos latifundiários a qual, devido ao seu enorme poder sobre a economia brasileira e sobre as relações de trabalho, repassava a pressão baixista dos preços internacionais à população

⁶⁵ Segundo Passos Guimarães, a ligação com o exterior se dava através do sistema do capital comprador, descrito por ele a seguir: "O sistema do capital comprador é o conjunto de relações econômicas que atua, quer na produção, quer na distribuição dos produtos destinados ao mercado exterior. Para que as relações econômicas de tal natureza tenham existência material, elas exigem uma rede empresas e de agentes cuja função, em última análise, é extrair, por processos extorsivos de coação econômica e extra-econômica, inclusive pelos processos de acumulação primitiva, a maior parte possível da mais-valia e do produto dos camponeses trabalhadores." (1996, p. 90)

trabalhadora nas cidades através da inflação e no campo ampliava a espoliação da classe trabalhadora através das relações extra-econômicas de cunho feudal. Essa pressão internacional também entravava a acumulação capitalista, já que a agricultura exportadora, ao utilizar seus mecanismos de defesa, concentrava a maior parte das políticas e dos recursos da economia brasileira.

Desse modo, a questão agrária emergia através dos restos feudais presentes na perpetuação de relações de trabalho pautadas no poder extra-econômico e por meio dos restos coloniais mantidos pelos vínculos entre o imperialismo e o sistema latifundiário. Na visão de nosso autor, essa questão seria solucionada através de uma reforma agrária democrática, inserida no processo no qual seriam constituídas as bases para o desenvolvimento capitalista, denominado de revolução burguesa. Nas palavras de Passos Guimarães:

“Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo: romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semif feudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e ‘jurídico’ da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país” (1968, p. 38).

A ruptura com a dominação latifundiária e imperialista só seria possível através da luta de classes, segundo o autor: “A luta de classes constitui, pois, o fio condutor através do qual poderemos chegar tanto à compreensão teórica dos nossos problemas agrários, quanto às soluções práticas desses mesmos problemas.” (1996, p. 77) Tendo em vista essa

idéia, são definidas as três frentes de luta de classes no Brasil: em primeiro lugar a luta de todo campesinato contra as várias modalidades da opressão e da espoliação imperialista; a segunda correspondia à luta do campesinato contra as sobrevivências do pré-capitalismo e contra os latifundiários; e a terceira era a luta dos assalariados e semi-assalariados rurais contra os patrões, grandes proprietários de terra.

A primeira dentre as frentes, correspondente a luta contra o imperialismo, garantiria o fim da espoliação estrangeira sobre os trabalhadores rurais, bem como sobre a economia brasileira e consistia nas seguintes tarefas:

"(...) (a) luta contra o aviltamento dos preços, nos mercados mundiais; b) luta contra os contratos draconianos e todas as demais formas usurárias e espoliadoras de compra de produtos agropecuários; c) luta contra as condições monopolísticas de compra e venda de produtos agrícolas ou de produtos fornecidos à agricultura, por parte de empresas estrangeiras e seus agentes; d) luta pela nacionalização do comércio exterior" (1996, p. 92).

A tarefa da segunda frente de luta era a destruição do latifúndio e das relações de produção pré-capitalista, livrando a massa rural da coação do monopólio da terra e permitindo o desenvolvimento de relações de tipo capitalista que melhorassem as condições de vida da população. E, por fim, a terceira frente de luta, a dos assalariados, os quais apesar de serem minoria, eram importantes no processo de transformação agrária porque, de acordo com Passos Guimarães, "Por intermédio dessa frente será possível montar as correias de transmissão que irão ligar o proletariado e o movimento

democrático das cidades aos camponeses e ao movimento democrático do campo" (1996, p. 86).

As três frentes de luta conformavam o objetivo comum de libertar a massa rural da miséria material e moral em que se encontravam ao mesmo tempo em que livraria a economia brasileira do jugo imperialista. Segundo Raimundo Santos, estudioso do pensamento pecebista, ao estabelecer essas três frentes de luta, Passos Guimarães estava submetendo a questão agrária à contradição imperialista e recusando o enfoque orientalista que atribuía papel primordial às lutas camponesas⁶⁶:

"Ao defender "três frentes da luta de classes" no campo brasileiro, e não apenas duas (ou seja: dos camponeses contra o latifúndio feudal e dos assalariados e semi-assalariados contra os "capitalistas" do patronato rural), Alberto Passos Guimarães quer introduzir no problema do pouco desenvolvimento do movimento camponês, comparado com a movimentação mais intensa da articulação nacionalista, a dimensão amplificante da "grande política" de frente única. Essa nova estatura conferia à questão agrária um papel estratégico e ela já não poderia mais ser vista como uma questão per se, diretamente interpelável por um ente voluntarista externo (classe operária, Partido Comunista), passando a ter o seu encaminhamento dependente da dinâmica da vida política nacional" (SANTOS, 1996, p.18-19)

4.3 Observações Finais

Como pudemos notar, os autores pecebistas concebem a questão agrária no processo da revolução democrática e

⁶⁶ Raimundo Santos nessa passagem está comentando o artigo de Passos Guimarães intitulado, *As três frentes da luta de classes no campo brasileiro*, o qual está presente na coletânea organizada por Santos, *Questão agrária e política - autor pecebistas*.

burguesa, a qual corresponde às transformações por que deve passar o país com a finalidade de alcançar a revolução burguesa de modo a criar condições mínimas para compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional. A interpretação teórica desses intelectuais fundamenta-se na idéia da sucessão dos modos de produção, sendo assim, o Brasil teria que romper com o feudalismo presente no sistema latifundiário, para então, alcançar o capitalismo, o qual constituiria as bases para o socialismo⁶⁷. Nesse processo a resolução da questão agrária, nos anos 50, emergia com papel estratégico, pois, segundo essa visão, encontravam-se no campo tanto as relações de produção detentora dos remanescentes feudais, que deveriam ser suplantados; quanto os restos coloniais, refletidos no domínio imperialista, que obstruíam a acumulação de capital.

⁶⁷ Antonio Houaiss, no prefácio de *Quatro séculos de latifúndio*, afirma que nesse livro: "Os modelos dos modos de produção, clássicos na interpretação materialista da história são assim usados neste ensaio com extremo rigor, (...)" (1968, Prefácio)

Observações Finais

O caminho trilhado pelo país, definido pelos governos militares desde o golpe de 64 não levou à concretização das esperanças contidas no debate intelectual durante a década de 50. Grandes intelectuais enxergavam possibilidades que levavam à formação de uma sociedade capaz de compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional. Obviamente que a realização desse sonho correspondia ao enfrentamento de grandes desafios. Dentre eles, o fundamental estava em como solucionar a miséria de milhares de brasileiros que viviam no campo à mercê da dominação dos grandes proprietários de terra, uma vez que a situação dessa população acarretava limites essenciais a um padrão de desenvolvimento em bases nacionais.

A partir das interpretações sobre a questão agrária e as estratégias de resolução desse problema discutidas nesse trabalho pudemos verificar a diversidade de respostas que poderiam ser atribuídas a essa questão. Desde estratégias que vislumbravam mudanças mais profundas como a do Partido Comunista Brasileiro, que previa uma reforma agrária ampla e radical que rompesse com a existência dos restos feudais no campo. Para esses autores a superação da etapa feudal era passo necessário ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo e, posteriormente, à emergência do socialismo. Caio Prado também previa intensas transformações no campo através da elevação das condições de vida e trabalho no campo, que constituía o elemento fundamental para revolucionar as relações de trabalho na sociedade brasileira como um todo. Esse elemento correspondia ao requisito básico à estruturação de uma sólida conjuntura mercantil, responsável por possibilitar o direcionamento do

desenvolvimento do país para as reais necessidades de sua população, característica essa fundamental à formação da Nação. Já Celso Furtado vislumbrava uma estratégia focada no desenvolvimento nordestino, através da racionalização de sua estrutura agrária, com o intuito de promover uma utilização mais inteligente dos recursos, terra e trabalho. Dessa forma evitar-se-ia o uso predatório da terra e a enorme exploração da mão de obra rural. O objetivo final dessas mudanças, segundo Furtado, era alcançar um equilíbrio entre a oferta e a demanda de mão de obra, capaz de garantir uma crescente melhora no padrão de vida dos trabalhadores, bem como, constituir-se num estímulo constante ao progresso tecnológico. E, Ignácio Rangel considerava não ser possível um confronto direto com os interesses dos grandes proprietários, ele acreditava que a resposta à questão agrária deveria se dar pela intervenção do Estado no mercado de terras, de trabalho e de bens agrícolas. O aspecto peculiar de suas idéias vinculava-se ao fato de que a intervenção do Estado no mercado fundiário se daria através do desenvolvimento de um mercado financeiro no Brasil, o que evitaria o direcionamento de recursos especulativos para compra desse bem. Para este autor, a resolução da questão agrária vinculava-se à formação do capitalismo nacional, uma vez que os problemas da população rural se estendiam ao sistema econômico como um todo a partir da baixa capacidade de consumo da sociedade que levava a constantes crises de realização do sistema.

Apesar das divergências entre os autores, o ponto que os fazia convergir era a necessidade de resolver a questão agrária a fim de conformar as bases nacionais e democráticas do desenvolvimento capitalista auto-centrado.

No entanto, o que de fato ocorreu não foi a consolidação da Nação. Diversas razões podem ser apontadas

para explicar a não resolução da questão agrária, dentre elas está o fato de que, segundo Florestan Fernandes, apesar de existir possibilidade de escolha por parte da burguesia para tomar rumos que superassem a dependência e o subdesenvolvimento do país, essa nunca foi uma opção válida para essa classe, nas palavras do autor⁶⁸:

"É claro que existiam alternativas para organizar a política econômica, tomando-se outras direções (dentro do capitalismo e fora dele). Contudo, políticas econômicas dessa natureza nunca foram consideradas seriamente pela burguesia brasileira. Quando elas surgiram, de modo débil e tosco, sofreram forte oposição por parte da 'iniciativa privada' nacional e estrangeira" (FERNANDES, 1987, p. 260).

Se de um lado a burguesia nunca considerou o desenvolvimento industrial em bases democráticas, o grosso da população, com suas enormes mazelas sociais, jamais teve importância política suficiente para contrapor-se a tal dominação. No campo, apesar dos inúmeros conflitos que surgem, e que adquirem repercussão em todo país ao final da década de 50, os trabalhadores rurais nunca tiveram força política para imporem suas reivindicações. Segundo Octávio Ianni:

"São muitos, antigos e recentes os protestos sociais do trabalhador rural: camarada, colono, morador, peão, sitiante, parceiro, arrendatário, operário, bóia-fria, seringueiro, boiadeiro, campeador e muitos outros. São muitos os confrontos assinalando a história das lutas sociais no campo, das greves aos conflitos abertos. É

⁶⁸Nas palavras de Florestan Fernandes: "Sempre se poderia dizer que o campo de escolhas poderia ser mais amplo; e que essa burguesia não escolheu um caminho diferente por estreiteza de visão econômica e política" (1987, p. 213).

nessa perspectiva que se situam os acontecimentos de Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, Bico do Papagaio, Anoni e outros. As marchas e contramarchas da fronteira, extrativa, pastoril, minerador ou agrícola, indicam os roteiros das lutas pela terra, das contradições sociais que se "transferem" de um lugar para outro, de uma região para outra. Mas a extensão e a gravidades das contradições sociais não se traduzem em lutas mais abertas, abrangentes. O campo continua a ser visto como pouco desenvolvido politicamente - longe, desimportante." (IANNI, 1992, P. 71)

A incapacidade de a burguesia brasileira romper com a dependência e com o subdesenvolvimento atrelada à fraqueza política dos movimentos sociais no campo contribui para explicar a resposta dada pelos militares à questão agrária. Após 1964, o problema do campo foi tratado como estritamente técnico, para resolvê-lo houve um conjunto de políticas que elevaram a produtividade no campo através da introdução de técnicas de cultivo mais modernas. Essas mudanças no campo, no entanto, não foram acompanhadas por transformações nas condições de vida da população que lá vivia. Por isso, tal processo é conhecido por modernização conservadora⁶⁹.

As esperanças de realização da formação nacional presentes no debate intelectual da década de 50 se esvaíram e o que se viu foi a persistência da extrema concentração da renda no Brasil e a falta de respostas à questão agrária. Esses fatos podem ser explicados através da forma como se

⁶⁹ José Graziano da Silva, a partir de um estudo realizado entre a década de 60 e a de 70 escreve: "(...) conclui-se que os resultados das políticas que visam ao desenvolvimento do capitalismo no campo têm servido na maioria das vezes para a manutenção de um sistema latifundiário no qual a terra assume o principal papel como geradora de renda, deixando ao capital um papel secundário. O que se pode ver no campo brasileiro é uma 'modernização conservadora' que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca numa transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado" (1981, p. 40).

encaminhou o processo de industrialização, que garantiu enorme progresso econômico embora não tenha significado avanço nas conquistas sociais. Segundo Florestan Fernandes, o grande desafio da burguesia que correspondia a sua adaptação ao industrialismo intensivo não sob uma evolução que acelerasse e aprofundasse a revolução nacional foi conquistado. A evolução do país agravou o desenvolvimento desigual interno e intensificou a dominação imperialista externa, tornando ambos, nas palavras do autor, os ossos, a carne e os nervos do industrialismo intensivo (FERNANDES, 1966).

No concernente à questão agrária esse processo se refletiu na modernização conservadora, a qual respondeu aos problemas da acumulação capitalista no campo. O desenvolvimento das forças produtivas no campo foi garantido pela forte participação estatal, que contribuiu para a reestruturação da base produtiva da agropecuária brasileira e de sua integração ao complexo agroindustrial de insumos e maquinarias agrícolas e à indústria de transformação de alimentos (SORJ e WILKINSON, 1983). A evolução das formas de produzir bens agrícolas, após 1964, resolveu um dos problemas, fortemente debatido nos anos 50, relativo às deficiências do setor agrícola no suprimento das demandas da industrialização e da urbanização. Outro elemento importante, quanto às dificuldades do processo de acumulação capitalista, correspondia ao fato de que a pobreza do campo e a decorrente baixa capacidade de consumo dessa população poderiam significar obstáculos à formação do mercado interno brasileiro, no entanto, tal fato não representou problema algum, visto que a industrialização se concretizou em benefício de uma minoria caracterizada pelos altos padrões de

consumo (FURTADO, 1982b)⁷⁰. Além disso, Rangel suscitou a questão de que as grandes extensões de terra atraíam investimentos improdutivos e especulativos desviando o capital de sua rota produtiva, por isso, seria de grande importância o desenvolvimento de um mercado financeiro, que se constituísse como uma alternativa capaz de impulsionar o processo de industrialização, tal feito foi concretizado com as reformas financeiras do início dos anos 60.⁷¹ E por fim, foi rompida a resistência quanto à idéia de que o latifúndio significava atraso, contrariamente a isto, hoje existe um forte agrobusiness que é considerado por muitos economistas a engrenagem mais forte da economia brasileira.

Portanto, a questão agrária não é mais orgânica ao desenvolvimento do capitalismo nacional, dado que o contexto histórico que lhe atribuía essa característica está superado. Não obstante, isso não corresponde a afirmar que ela não permanece como um grave problema social e econômico da massa de trabalhadores rurais. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, em 2003, ocorreram 1335 conflitos, dos quais participaram mais de um milhão de pessoas, havendo 73 mortes. Para enfrentar o desafio histórico imposto pela questão agrária os trabalhadores rurais tiveram que se organizar, hoje, existem mais de 17 movimentos de trabalhadores rurais engajados na luta pela terra, sendo o Movimento dos

⁷⁰ Quanto à industrialização direcionada ao consumo das classes mais abastadas em detrimento dos mais pobres, Furtado afirma que: "Em síntese: na segunda metade dos anos 60, o caminho utilizado consistiu principalmente em dinamizar a demanda da classe média alta, isto é, em fazer com que a capacidade de compra desse grupo crescesse em termos absolutos e relativos, o que foi obtido mediante formas de financiamento, que implicavam em subsídios ao consumo, e transferências, para essa classe, de títulos de propriedade e de crédito que lhe asseguravam situação patrimonial mais sólida e a perspectiva de maior renda futura. Foi assim possível obter uma ampliação ponderável de certas faixas do consumo, na direção requerida, sem propriamente dar atrás na política salarial." (1982b, p. 41)

⁷¹ A propósito ver: Tavares, M.C., Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil, in: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

Trabalhadores Sem Terra o mais expressivo deles. Com mais de duas décadas de vida, o MST está presente nos 23 estados da federação, já ocupou mais de duas mil fazendas, já assentou mais de 350 mil famílias e é responsável por mais de 100 mil famílias acampadas, mobilizando cerca de 1,5 milhão de pessoas em prol da reforma agrária. Os números nos dão uma mostra de que a questão agrária, amplamente discutida nos anos de nossa pesquisa, permanece carente de soluções.

Ocorre que hoje os problemas relativos à questão agrária não incluem entraves ao processo de acumulação capitalista tal como ocorreu na década de 50. No entanto, isso não corresponde a afirmar que solucionar a questão agrária deixou de ser condição precípua à elevação dos padrões de vida da maioria da população brasileira, apenas questiona-se a viabilidade de resolvê-la na atual fase do sistema de produção capitalista.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de, A terra e o homem no nordeste, São Paulo, Editora Brasiliense, 3ª edição, 1973.

_____, Abolição e Reforma Agrária, São Paulo, Editora Ática, 1987.

AURELIANO, Liana, No limiar da industrialização, Campinas, UNICAMP - IE, 1999.

BANDEIRA, Moniz, O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil, 1961 - 1964; Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 4ª edição, 1978.

CAMARGO, Aspásia A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964); in: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, 1984.

CAMPOS, Fabio, Estratégias de desenvolvimento nacional: o papel do capital estrangeiro entre o Segundo Governo Vargas e o Governo Castelo Branco (1951 - 1966), Campinas: IE - Unicamp, 157p., 2003 (Dissertação de Mestrado)

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito - Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 3ª edição, 1975.

CANO, W. , Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil, Ed. Unicamp, 1ª edição, 2002

CASTRO, A. B., 7 ensaios sobre a economia brasileira, Rio de Janeiro, Editora Forense, 3ª edição, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo, Dependência e desenvolvimento na América Latina. - Ensaio da interpretação sociológica, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 3ª edição, 1975.

DAVIDOFF, P.R.C. CRUZ, Ignácio Rangel, um pioneiro - O debate econômico do Início dos anos sessenta - Campinas: IFCH/Unicamp, 151p., 1980 (Dissertação de mestrado).

DRAIBE, Sonia, Rumos e Metamorfoses, um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.

FACÓ, Rui, Cangaceiros e fanáticos, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 3ª edição, 1972.

FERNANDES, F. Revolução burguesa no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 3ª edição, 1987.

FURTADO, C., A operação nordeste, Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros - Textos Brasileiros de Economia, 1959.

_____, A pré Revolução Brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1ª edição, 1962.

_____, Desenvolvimento e subdesenvolvimento., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1ª edição, 1961

_____, Dialética do desenvolvimento, Rio de Janeiro, Ed.Fundo de Cultura, 1ª edição, 1964.

_____Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 23ª edição, 1982.

_____, Análise do Modelo Brasileiro, Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira, 7ª edição, 1982b.

_____, Cultura e desenvolvimento, Rio de Janeiro, Ed. Paz e terra, 1ª edição, 1984.

_____, A fantasia organizada, Rio de Janeiro, Ed. Paz e terra, 1ª edição, 1985.

_____, A fantasia desfeita, Rio de Janeiro, Ed. Paz e terra, , 2ª edição, 1989

GNACCARINI, José César, Latifúndio e Proletariado - Formação da empresa e Relações de Trabalho no Brasil Rural, São Paulo, Editora Polis, 1ª edição, 1980.

GRAHAM, D. H. e BUARQUE DE HOLLANDA F., S. , Migrações internas no Brasil - 1872 - 1970. IPE - USP, 1984

IANNI, Octavio, "A constituição do Proletariado Agrícola no Brasil", Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 12, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1961.

_____, A idéia de Brasil moderno, São Paulo, Editora Brasiliense, 1992.

JULIÃO, Francisco, Que são as ligas camponesas?, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1962.

KAGEYAMA, A. A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. Reforma Agrária, Campinas/SP, v. 23, n. 3, p. 5-16, 1994.

LIMOEIRO, M. C., Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Teixeira da, Terra prometida - Uma história da questão agrária no Brasil, São Paulo, Editora Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza, A questão agrária no Brasil, in: Capitalismo e Tradicionalismo, São Paulo, Editora Pioneira, 1975.

_____, O cativo da terra. São Paulo, Editora Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

_____, Camponeses e a política no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, 3ª edição, 1986

_____, O sujeito oculto, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de, História dos Movimentos Sociais no Campo, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Editora Fase, 1989.

_____, Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo, Tese de doutorado, IFCH - UNICAMP, 1995.

MERRICK, Thomas, W. A população brasileira a partir de 1945. in: Bacha, E. L., A transição incompleta: Brasil desde 1945, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

NOVAIS, F. e CARDOSO DE MELO, J. M. Capitalismo Tardio e sociabilidade moderna, in: História da Vida Privada, vol. 4, coordenação geral: NOVAIS, F., São Paulo, Ed. Cia das Letras.

OLIVEIRA, Francisco de, Crítica à razão dualista o ornitorrinco, São Paulo: Editora Boitempo, 2003

PASSOS GUIMARÃES, Alberto; Quatro séculos de latifúndio, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1ª edição, 1968.

_____; A crise agrária, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1982.

_____; As três frentes de luta de classes no campo brasileiro, in: Raimundo Santos (org.), Questão agrária e Política - autores pecebistas, Rio de Janeiro, EDUR, 1996.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo, editora Brasiliense, 1966.

_____. História e desenvolvimento, São Paulo, editora Brasiliense, 1ª edição, 1972.

_____. História econômica do Brasil, São Paulo, editora Brasiliense, 22ª edição, 1979a.

_____A questão agrária no Brasil. São Paulo, editora Brasiliense, 1ª edição, 1979b.

_____, A questão agrária e a revolução brasileira, in: Raimundo Santos (org.) Questão agrária e política - autores pecebistas, Rio de Janeiro, EDUR, 1996.

_____Formação do Brasil Contemporâneo, Brasiliense; Publifolha, 2000

QUEIROZ, Maria Isaura P., O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios, São Paulo, Editora Alfa- Ômega, 1ª edição, 1976.

RANGEL, I, Recursos ociosos e política econômica, São Paulo, Editora Hucitec, 1ª edição, 1980.

_____, A inflação brasileira, Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 2ª edição, 1963.

_____, A Questão agrária, in: Graziano da Silva, J.(org) Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2000.

REGO, Rubem Murilo Leão Rego, Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. , Dissertação de Mestrado, FFLCH - USP, 1979.

_____, Sentimento do Brasil - Caio Prado Júnior, continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira., Campinas, Editora da Unicamp, 2000.

ROSSETO, Neuri, Lutas e práticas de resistência dos camponeses na Era Vargas (1930 - 1945). Dissertação de mestrado, PUC - SP, 2003.

SAMPAIO JR, P. Entre a nação e a barbárie - Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado, Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

SANTOS, José Vicente T., Colonos do vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital, São Paulo, Ed. Vozes, 2ª edição, 1984.

SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flavio C., Camponeses e política no pré-64, Estudos Sociedade e Agricultura, n.8, abril, 1997

SERRA, José, Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra, in: BELLUZZO, Luiz G. M.; COUTINHO, R. Desenvolvimento Capitalista no Brasil - Ensaio sobre a crise. V. 1 Campinas: Editora da Unicamp, 1998

SILVA, Lígia Osório, As leis agrárias e o latifúndio improdutivo, in: São Paulo em perspectiva, Revista da Fundação Seade, Vol. 11/nº12, abril - junho, 1997

_____, Terras devolutas e latifúndio, Efeitos da lei de 1850. Campinas, Ed. da Unicamp, 1996.

SORJ, Bernard e WILKINSON, John, Processos sociais e formas de produção na agricultura brasileira, in: Sociedade e Política no Brasil pós-64, org. SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T., Ed. Brasiliense, 1983.

SZMRECSÁNYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930 -1970), in: FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, Difel, 1984.

SODRÉ, Néelson Werneck, Formação histórica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 4ª edição,

Tavares, M.C., Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil, in: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VERA, Nestor, Os acontecimentos de Santa Fé do Sul, in: Revista Brasiliense, nº25, 1959.